

NAYANA ROSA FREIRE

**UM ESTUDO DO BEM-ESTAR SÓCIO-ECONÔMICO NO ASSENTAMENTO SÃO
FRANCISCO EM BURITIZEIRO-MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Economia, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2009

NAYANA ROSA FREIRE

UM ESTUDO DO BEM-ESTAR SÓCIO-ECONÔMICO NO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO EM BURITIZEIRO-MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA EM: 21 de agosto de 2009.

Prof. Evaldo Henrique da Silva

Prof. Daniela Alves e Alves

Prof. Luciene Rodrigues
(Coorientador)

Prof. João Eustáquio de Lima
(Coorientador)

Prof. Eloy Alves Filho
(Orientador)

À minha mãe, minha família, amigos e a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Meire pelo amor e incentivo incondicional.

Aos meus familiares em especial meus avós por sempre acreditarem em minha capacidade.

Aos colegas e amigos do mestrado.

Aos companheiros: Chrystian, Fran, Jason e Lara pela paciência e amizade dedicada.

Aos grandes amigos Ademar e Carol.

Ao Vilsinho por todo amor dedicado.

À professora e co-orientadora Luciene Rodrigues por sempre estar ao meu lado incentivando, esclarecendo dúvidas e me ensinando.

À Dionízio, Paulo Carneiro e Orígenes por todo apoio e disposição.

Ao Marcinho pela motivação e pela disponibilidade nos momentos de dúvida.

Ao Jeanderson pela força dada na pesquisa de campo.

Aos professores e funcionários do Departamento de Economia da UFV.

Ao orientador Eloy Alves Filho e ao co-orientador João Eustáquio de Lima pelas críticas e sugestões.

Aos moradores do Assentamento São Francisco pelo carinho e boa vontade.

Ao meu Senhor por ter me fortalecido e guiado nessa etapa da minha vida.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT	x
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Considerações Iniciais.....	1
1.2. O problema e sua importância	4
1.3. Objetivos	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1. A questão agrária no Brasil	6
2.1.1. Os assentamentos rurais no norte de Minas Gerais	10
2.2. Bem-estar.....	12
2.2.1. Evolução do conceito	12
2.2.2. Bem-estar subjetivo.....	15
2.2.3. Outras abordagens do Bem-estar	18
3. METODOLOGIA.....	20
3.1. Fonte de Dados.....	20
3.2. Breve descrição do Objeto e do instrumento de Coleta de dados.....	20
3.3. Caracterização do município e do assentamento em estudo.....	22
3.3.1. Buritizeiro	22
3.3.2. O assentamento São Francisco	25
3.4. Modelo Operacional	30
3.4.1. O Índice de Bem-Estar Rural (IBER).....	31
3.4.2. Consolidação dos indicadores utilizados no cálculo do IBES.....	32
3.4.3. Pesos	37
3.4.4. Software utilizado.....	38

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
4.1. Pesquisa de campo.....	39
4.2. Renda e Crédito	42
4.3. Educação	43
4.4. Meio Ambiente	44
4.5. Saúde.....	46
4.6. Prazeres com a vida.....	47
4.7. Resultado e discussão do modelo operacional índice de Bem-Estar	48
4.7.1. Índice de Infra-estrutura do Assentamento São Francisco.....	48
4.7.2. Índice de Renda e Produtividade (IRP) do Assentamento São Francisco.....	50
4.7.3. Índice de Meio Ambiente (IMA) do Assentamento São Francisco.....	51
4.7.4. Índice Prazeres com a vida do Assentamento São Francisco.....	52
5. CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	62
ANEXO I – INSTRUMENTO DE PESQUISA	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Contribuição percentual do PIB setorial no PIB total do município de Buritizeiro-MG no período de 2002 a 2006.	23
Figura 2 – PIB total, PIB per capita e População do município de Buritizeiro-MG nos anos de 2002 a 2006.....	24
Figura 3 – Linha Cronológica da luta pela terra no Projeto de Assentamento São Francisco.....	27
Figura 4 – Renda média mensal das famílias do Assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG no ano de 2009.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município de Buritizeiro-MG nos anos 1991 e 2000.	25
Tabela 2 – Participação econômica e critério dos indicadores de infra-estrutura no cômputo do INFRA do assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG	49
Tabela 3 – Participação econômica e critério dos indicadores de renda no cômputo do IRP do assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG	51
Tabela 4 – Participação econômica e critério dos indicadores de meio-ambiente no cômputo do IMA do assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG	52
Tabela 5 - Participação econômica e critério dos indicadores de lazer e felicidade no cômputo do IPV do assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG.....	53
Tabela 6 – Índice de Bem-estar Econômico e Social do Assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG	54

LISTA DE ABREVIATURAS

ASF	Associação São Francisco
P.A.S.F.	Projeto de Associação São Francisco
ULTABs	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
MÁSTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra, do Rio Grande do Sul
ONG	Organização não governamental
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
FINOR	Fundo de Investimentos no Nordeste
FISSET	Fundos de Investimentos Setoriais
MST	Movimento Sem-Terra
BES	Bem-Estar Subjetivo
IBES	Índice de Bem-estar Econômico e Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária
PIB	Produto Interno Bruto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ACTRASf	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Assentamento São Francisco
PNRA	Proposta Nacional de Reforma Agrária

RESUMO

FREIRE, Nayana Rosa, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2009. **Um estudo do bem-estar sócio-econômico no assentamento São Francisco em Buritizeiro - MG.** Orientador: Eloy Alves Filho. Coorientadores: João Eustaquio de Lima e Luciene Rodrigues.

Este trabalho buscou obter uma visão da trajetória do Assentamento São Francisco em Buritizeiro - MG, tendo em vista dois momentos: o primeiro, antes dos agricultores se tornarem assentados, e o segundo mostra o perfil após a nova situação fundiária. Pretendeu-se assim saber: (i) Qual a trajetória identitária anterior e posterior à constituição do Assentamento São Francisco: de lavradores a trabalhadores rurais; de trabalhadores rurais a posseiros, “sem-terra”; de posseiros a acampados; de acampados a assentados; de assentados a “comunidade São Francisco”? (ii) Em que medida a posse e propriedade da terra possibilitou melhorias das condições de vida e do bem-estar social e econômico dos assentados? O presente trabalho nos mostra que a trajetória traçada pelos assentados marcou-se pela transformação de “herdeiros” de uma terra sem dono para trabalhadores, em seguida, posseiros até à denominação de proprietários. Como consequência a essa conquista, foram adquiridos alguns recursos voltados à infra-estrutura e a produção. Entretanto, essas aquisições ainda não proporcionaram uma evolução de forma que se pudesse verificar um nível de bem-estar considerado satisfatório tendo em vista que o Índice de Bem-estar Econômico e Social do Assentamento é considerado médio (0,53). Este estudo apresenta o perfil sócio-econômico do Assentamento São Francisco e assim gera um diagnóstico que pode auxiliar na promoção de projetos de desenvolvimento voltados a este assentamento e a outros com a mesma estrutura.

ABSTRACT

FREIRE, Nayana Rosa, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa. August, 2009. **A study of the socioeconomic well-being in the establishment São Francisco in Buritizeiro - MG.** Adviser: Eloy Alves Filho. Co-Advisers: João Eustaquio de Lima and Luciene Rodrigues.

This work looked for to obtain a vision of the path of the establishment São Francisco in Buritizeiro - MG, tends in view two moments: the first, before the farmers became themselves settled in the land, and the second shows the profile after the new situation from the large estate. It was intended like this to know: (i) Which the previous and subsequent path identifying to the constitution of the Establishment São Francisco: of farmers to rural workers; of rural workers to leaseholding, "landless workers"; of leaseholders to have camped; of having camped to have seated; of having seated for "San Francisco community"? In what does measure the ownership and did property of the earth make possible improvements of the life conditions and of the social and economical well-being of those seated? (iii) Which the presuppositions, the reaches and do limit of the calculation of an index of rural well-being? For such, it had been made an analysis with base in the interviews and an index was built adapted to the method presented by Kageyama (2003). The present work in the display that the path traced by those seated it was marked by the heirs' "of an earth transformation without owner for workers, soon after, leaseholding to the proprietors' denomination. As consequence the that conquest, they were acquired some resources returned to the infrastructure and the production. However, those acquisitions didn't still provide an evolution so that if it could verify a well-being level considered satisfactory tends in view that the Index of Economical and Social Well-being of the Establishment is considered low (0,41). This study presents the socioeconomic profile of the Establishment San Francisco and it generates like this a diagnosis that can aid in the promotion of development projects returned to this establishment and the other ones with the same structure.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações Iniciais

A demanda pela terra é um desafio histórico marcado por intervenções políticas e contradições ideológicas. Durante muitos anos até a data atual, têm sido elaboradas alternativas que apresentam como eixos dois problemas: o acompanhamento da modernização agrícola e a solução dos problemas relacionados a terra. Diante de tais necessidades, viu-se o papel do Estado como um dos maiores promotores de políticas modernizadoras com objetivo ao atendimento do mercado externo em detrimento da reforma agrária.

Porém, mesmo que ainda insuficientes, as desapropriações passaram a ser desenvolvidas mais democraticamente devido aos insistentes conflitos gerados por essa luta agrária. Assim, a partir de 1988, vivenciou-se um aceleração do processo de desapropriação. Desde os anos 1980 até a década de 1990, os anseios dessa parcela desprovida de terra começaram a dar espaço à nova realidade do campo. Iniciou-se assim o processo de reforma agrária no Brasil que até hoje é uma das grandes demandas vividas no país (NEAD, 2004).

Paralelamente a esse processo de modernização do campo, em algumas regiões do país foram viabilizados subsídios fiscais para o desenvolvimento rural. No período a partir da década de 1970, no Norte de Minas Gerais, foram elaborados esses tipos de política agrícola com o objetivo de fomentar as indústrias da região promovendo um *linkage* entre as agroindústrias com indústrias não-agrícolas.

Em meio a essa nova tendência de incentivos fiscais, tendo em vista a carência de recursos e incentivos, os pequenos proprietários viam como caminho a venda das terras para os grandes produtores de eucalipto, café e cana-de-açúcar (ou outras lavouras de grande tendência na época). Assim, a partir dessa década, nasceu um novo perfil de agricultor norte-mineiro, o de ex-proprietário de terra que passou a vender sua mão-de-obra para a manutenção das necessidades básicas.

Quando eliminados ou minimizados os incentivos, essas grandes indústrias agrícolas foram embora permanecendo somente a terra pobre, o desemprego e os conflitos de terra. Nesse ínterim, foi criado o Projeto de Assentamento São Francisco

em Buritizeiro-MG que, diferentemente da maioria dos assentamentos criados no país, formou-se praticamente para apenas uma regularização das terras, já que os “posseiros” viviam na propriedade há anos.

Portanto, é valioso o conhecimento do itinerário e das influências políticas, econômicas e sociais do conflito fundiário no qual esse assentamento desenvolveu-se. Além do mais, essa pesquisa procurou saber: (i) Qual a trajetória identitária anterior e posterior à constituição do Assentamento São Francisco: de lavradores a trabalhadores rurais; de trabalhadores rurais a posseiros, “sem-terra”; de posseiros a acampados; de acampados a assentados; de assentados a “comunidade São Francisco”? (ii) Em que medida a posse e propriedade da terra possibilitou melhorias das condições de vida e do bem-estar social e econômico dos assentados?

Com o objetivo de clarear essas questões, foi elaborado um diagnóstico de vários fatores sócio-econômicos e ambientais ligados ao bem-estar do indivíduo e juntamente a ele construiu-se um índice de bem-estar, que pode apresentar caminhos para uma melhor alocação dos subsídios e recursos próprios das comunidades assentadas.

Para tal foi necessário compreender o significado do bem-estar e em seguida aplicá-lo à realidade da comunidade pesquisada. Partindo disso, o embasamento teórico deste conceito apresentou-o sob aspectos que vão desde uma percepção a partir da utilidade pessoal, renda, conceitos baseados na realização dos diferentes desejos, análises relacionadas à igualdade de oportunidade em se alcançar os objetivos até a definições de felicidade e liberdade.

A base da visão do bem-estar sob a ótica da utilidade pessoal se concerne na escolha de determinada cesta (bens para o atendimento das necessidades básicas) levando-se em consideração melhores níveis de satisfação. Com a evolução do conceito junto aos ideais do desenvolvimento econômico, a terminologia do bem-estar passou a ser associado ao nível de renda pessoal. Logo, a aquisição de maior nível de consumo a partir da satisfação de produtos supérfluos e fundamentais não pode ser desvinculada à renda, e esta última, portanto, torna-se um indicativo do bem-estar (BOUERI; LIMA, 2009).

De outra maneira, a *realização* de diferentes desejos básicos pode dar maior segurança ao indivíduo para o alcance de seus objetivos e a partir de então, propiciar um nível mais elevado de bem-estar (RAWLS, 2002). Além disso, levando em consideração que os princípios da justiça são levados a sério, há uma liberdade de oportunidade, o que dá direito a todos de perseguirem seus desejos (RAWLS, 2002). Ou seja, o bem-estar passa a ser associado também à *oportunidade* que o indivíduo tem de alcançar o que lhe seja preferível (BOUERI; LIMA, 2009).

Nesta linha, também se observa as condições de vida humana baseado na idéia de liberdade que pode ser relacionada à condição de agente do indivíduo, caracterizada pela ocorrência daquelas coisas que alguém valoriza e almeja realizar com os próprios esforços ou não. Assim, um maior bem-estar dependerá da importância dada pela pessoa em exercer ou não determinada atividade (SEN, 2001).

Existem também algumas fundamentações que descrevem o bem-estar por meio de abordagens mais subjetivas, baseadas em conceitos hedônicas e/ou eudaimônicas que estudam a natureza da satisfação humana e suas influências no bem-estar. De acordo com a primeira visão, o bem-estar é visto além da óptica dos prazeres corporais passando a ser analisado através de características mais amplas como apetites e interesses pessoais. Enquanto que para segunda, as satisfações dos desejos nem sempre promovem o bem-estar, logo o alcance da felicidade subjetiva não pode ser considerado como uma conquista do mesmo (RYAN E DECI, 2001).

Levando em consideração todas essas teorias que sustentam as análises do bem-estar, compreende-se que o cálculo de um índice que ofereça noções básicas de sustentabilidade deve ser pautado em pelo menos uma dessas vertentes. Logo, com fins a responder o objetivo desta pesquisa um índice de bem-estar foi calculado.

Para o cômputo desse índice, construiu-se um índice baseado em uma média aritmética de índices parciais que respondem a valores de satisfação com a vida no meio rural. Como indivíduos dotados de racionalidade tendem a desejar usufruir de bens ou serviços que lhes conferem maiores níveis de satisfação é pertinente basear-se em variáveis utilizadas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e

Índice de Sustentabilidade elaborado por Barreto, Lima e Khan (2005) e no índice de bem-estar rural proposto por Kageyama (1993) que respondem a aspectos referentes a educação, saúde, questões ambientais e de infra-estrutura.

Portanto, o Índice de Bem-estar Econômico e Social (IBES) do Assentamento São Francisco, formalizado a partir da pesquisa de campo e das entrevistas e concretizado por meio desta metodologia, consiste em inferir o nível de bem-estar econômico e social deste Assentamento por meio de variáveis que determinam o grau de satisfação dos assentados. Além do mais, o peso dado a cada variável confere ao índice uma característica diferenciada, pois o mesmo parte de escolhas preferenciais de cada família estudada. Logo, os entrevistados respondem quais variáveis avaliam como de maior importância ao seu bem-estar adotando um nível para cada resposta dada e, conseqüentemente, determinam pesos e as variáveis tomadas pelo índice.

Além desta introdução, este trabalho consta de mais seis seções. A segunda seção aborda o referencial teórico a respeito do histórico da luta pela terra no Brasil e das teorias do bem-estar. A terceira explicita o método de cálculo do Índice de Bem-estar Econômico e Social incluindo a descrição do local, objeto pesquisado e consolidação dos indicadores utilizados. Em seguida, apresenta-se a análise dos resultados em que relata todas as etapas da pesquisa de campo, as observações adquiridas com as entrevistas e com os índices parciais e o índice geral. E por fim, na quinta seção apresentam-se as conclusões do trabalho e sugestões.

1.2. O problema e sua importância

O município de Buritizeiro tem sua base econômica voltada à área agrícola. Neste caso, é relevante estudar a qualidade de vida das famílias que vivem dessa atividade. Para tanto, foi escolhido como objeto de estudo o Assentamento São Francisco, criado em 1997 e que atualmente é composto por 28 famílias. Sua produção é voltada basicamente à subsistência com produções de milho, mandioca, criações de pequenos animais e uma parcela mínima de atividades de pecuária bovina e criação de animais domésticos. A escolha deste Projeto está relacionada a sua maturidade, além da peculiaridade de seu ordenamento territorial no qual a

posse da terra fora dada a quem já morava na terra há muitos anos. Nesse sentido, o estudo do assentamento São Francisco oferece várias pistas para a compreensão do problema das questões fundiária e agrária na região.

Dessa forma, busca-se neste estudo de caso uma visão da trajetória dos agricultores tendo em vista dois momentos: o primeiro, antes de se tornarem assentados, e o segundo, o perfil após a nova situação fundiária. Assim, este trabalho pretendeu traçar um diagnóstico socioeconômico e elaborar uma pesquisa contendo informações sobre mudanças ocorridas com a nova situação fundiária bem como apresentar as relações do “ser assentado” com a atual situação dos moradores do caso em tela.

1.3. Objetivos

O objetivo geral do trabalho foi analisar as alterações no bem-estar dos trabalhadores rurais partindo de uma mudança de situação fundiária por meio de um estudo de caso do assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG. Especificamente, pretende-se: (i) Traçar um perfil da situação sócio-econômica das famílias em estudo através de indicadores de educação, saúde, renda e ambientais; (ii) Construir um índice de bem-estar do assentamento São Francisco;

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Homem do campo que não tem terra pra plantar
Sem outro jeito, o jeito mesmo é migrar
Ir pra São Paulo pra vida de capitá
Tentar a sorte, a sorte que não há
O dinheiro que ele arruma mal dá pra se alimentar
A casa que ele mora vê a lua e o sol entrar
Pensa em ter sua terra pedacinho pra plantar
Sustentar sua família, ser mais gente no lugar
Laia... Laia... Laia...

Tem que haver reforma agrária
Vamos mudar esse país
Terra é pra plantar, terra não é pra guardar
Esse país não é museu, essa terra é muito nossa
Homem do campo é nosso irmão
Só que o Brasil se esqueceu
Laiá... Laia... Laia

Música: Agrárias já
Autor: Pedro Sampaio

2.1. A questão agrária no Brasil

Antes do “descobrimento do Brasil”, os habitantes primitivos utilizavam a terra sem demarcações e limites. Com a chegada dos europeus houve uma ruptura dessa estrutura vivida há séculos passando a existir uma nova relação baseada no respeito a três instrumentos: à Coroa, aos administradores locais e àqueles que detinham a posse da terra. Essa estrutura, sustentada pela lógica do lucro e que permaneceu até as primeiras décadas do império, dividia a terra em um sistema de capitanias hereditárias na qual favorecia a Coroa por meio de tributos cobrados às terras concedidas (sesmarias) e protegia os direitos da mesma sob a colônia.

Portanto, essa realidade caracteriza a permanente agricultura monocultora do Brasil partindo de uma utilização predominantemente acentuada em benefício de uma minoria reduzida e que definiu o panorama agrário brasileiro com um histórico de lutas em defesa da sobrevivência e da produtividade agrícola. Logo, compreende-se que os problemas com a terra surgem, a partir do momento em que o uso e propriedade da terra passam a constituir uma dificuldade para o aumento da produtividade, para o abastecimento interno e para o desenvolvimento econômico e social (PRADO JÚNIOR, 1979; STÉDILE, 1997).

Portanto, a questão agrária envolve aspectos econômicos e sociais considerados importantes. Nos anos 1850, por exemplo, foram marcados por grandes transformações sociais ocorridas por diversos aspectos como pela promulgação da primeira *Lei das Terras*, que determinava que para a posse da terra deveria ser paga certa quantidade de dinheiro para a Coroa. Dessa forma, a legalização da posse da terra servia como forma de restringir o acesso à terra, evitando a posse pelos pobres e escravos além de assegurar a disponibilidade de mão-de-obra escrava. Outra consequência desta lei fora a legalização dos latifúndios oriundos das divisões das capitanias e a apropriação fraudulenta que deu origem às terras devolutas (GIRARDI, 2008).

Em decorrência dessa discriminante distribuição de terras fortalecida por essa *Lei das Terras* no final do século XIX e início do século XX, surgiram lutas em busca de uma melhor distribuição das terras. No entanto, somente nas décadas de 1930 e 1940 que se colocou em pauta das discussões do poder público, a necessidade de reforma agrária. Isso porque já existia o entendimento de que a concentração de terras impedia o desenvolvimento econômico do meio rural, a distribuição de renda e a justiça social. Além do mais, essa situação não impactava somente na distribuição das terras, mas gerava, também, uma consequência econômica e social considerável, pois a

“...massa de trabalhadores sem outro recurso que alienar sua força de trabalho, faz pender a balança da oferta e procura de mão-de-obra decisivamente em favor da procura, que se encontra assim em situação de impor suas condições, quase sem limitações, nas relações de trabalho” (PRADO JÚNIOR, 1979).

Dado esse cenário, foi apresentado no senado um projeto de lei determinando que todas as terras mal utilizadas deveriam voltar ao poder do Estado pela forma de desapropriação das mesmas com o propósito de se redistribuir as terras para quem quisesse torná-las produtivas. Porém, essa idéia não fora aprovada, mas esse debate trouxe avanços agrários, pois provocou mudanças na Constituição tendo em vista que a partir dele instituiu-se poder ao Governo para que ele pudesse desapropriar as terras com fins a um interesse social (STÉDILE, 1997).

Mesmo com esse avanço, a luta pela terra ainda persistia havendo ainda a necessidade de uma política mais firme no sentido de uma redistribuição de terras. Com esse propósito, os movimentos camponeses se fortaleceram e juntos com

movimentos partidários, sociais e políticos desenvolveram as ULTABs (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), e o Máster (Movimento dos Agricultores Sem Terra, do Rio Grande do Sul). A partir de 1963, no governo de João Goulart, o movimento de sindicalização rural foi regularizado. Desde então, os ideais de reforma agrária começaram a fazer parte da luta não só de uma parcela da sociedade agrária como também dos anseios do Estado que criticavam a miséria prevalente no campo e a concentração fundiária (STÉDILE, 1997).

Entretanto, no período de ditadura militar, o que se percebeu fora um estrangulamento da luta pela terra, tendo em vista que os governos desse período priorizavam o desenvolvimento do capitalismo na agricultura vinculado ao latifúndio. Nesse cenário, devido à repreensão dos movimentos sociais e à falta de apoio, os pequenos camponeses foram impedidos de continuarem sua luta e tiveram somente a opção de migrarem para outras regiões.

Porém, como esse Governo estava atrelado à política norte-americana da Aliança para o Progresso, que tinha a reforma agrária como alternativa para aliviar os conflitos sociais, o mesmo adotou um pacote de leis agrícolas denominado Estatuto da Terra¹, caracterizado, para a época, como um avanço nas políticas agrícolas prevalentes. O Estatuto, na verdade, serviu de mecanismo legal que concedia ao Estado o controle dos conflitos no campo ora para resolver questões ligadas ao desenvolvimento agrícola ora para tentar promover a reforma agrária. (STÉDILE, 1997; FEITOSA, BARBOSA, 2006; FEITOSA, 2008; MEDEIROS, 2002; NEAD, 2004).

Essas intervenções estatais, porém, se refletiam basicamente em uma adequação das reivindicações agrárias, de forma a disciplinar os parâmetros de uma agricultura modernizada voltada ao modelo de desenvolvimento vigente. Dessa forma, no regime militar, prevaleceram medidas de desenvolvimento econômico voltadas à modernização do latifúndio enquanto que a promoção da reforma agrária já não era tão valorizada, ou seja, a desapropriação de “áreas prioritárias de reforma agrária” ou mesmo a criação dessas áreas tinha à frente uma dificuldade burocrática para que esse desenvolvimento ocorresse. Assim, muito se avançava em auxílio aos

¹ Definida como uma lei voltada à reforma e ao desenvolvimento, que tipificou os imóveis rurais, as áreas prioritárias de reforma agrária que determinava as áreas de possível desapropriação (MEDEIROS, 2002).

latifundiários e pouco se fazia para que os progressos ligados à terra fossem distributivos (MEDEIROS, 2002; NEAD, 2004).

Portanto, de um lado colocava-se a questão da reestruturação fundiária como necessidade ao fomento do desenvolvimento econômico e, por outro, não via este aspecto uma importância real a tal progresso (FEITOSA, BARBOSA, 2006).

As transformações do campo vividas no Brasil se intensificaram a partir da década de 1980, com maior atenção ao debate político sobre o tema. A consequência disso fora a elaboração de uma Proposta Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985 com fins a fortalecer os objetivos da justiça social, da desapropriação, democratização da terra e reduzir os conflitos gerados pela demanda pela terra (FEITOSA, BARBOSA, 2006).

Posteriormente a muitas pressões, as desapropriações passaram a ser desenvolvidas mais democraticamente provocando, a partir de 1988, um aceleração do processo de desapropriação. Desde os anos 1980 à década de 1990 as vontades de uma grande parcela desprovida de terra começou a dar espaço a nova realidade do campo, dando início ao processo de reforma agrária no Brasil (NEAD, 2004).

O Governo de Fernando Collor de Mello – primeiro presidente da década de 1990 - teve como forte característica uma menor atenção aos anseios de reforma agrária e pela maior pressão dos latifundiários contra a efetivação da mesma. Já no período do Fernando Henrique Cardoso, apesar do desenvolvimento de políticas fundiárias voltadas mais especificamente para atender o mercado externo, percebeu-se uma tímida melhora da atuação do Estado em resposta às demandas dos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra por meio do atendimento legal a algumas ocupações (FEITOSA, 2008).

No ano de 2003, quando eleito o presidente Lula, um antigo aliado dos movimentos sociais, as ocupações aumentaram. De acordo com Girardi (2008), isso pode ter ocorrido principalmente por causa da redução da penalidade prevista na Medida Provisória e pela esperança depositada no novo presidente eleito para a efetivação da Reforma Agrária. Entretanto, conforme o mesmo autor, isso não ocorreu, já que os dados relataram que o número de famílias assentadas não fora diferente do governo anterior. Sendo assim, em oito anos de governo de FHC,

457.668 famílias foram assentadas enquanto que no primeiro mandato de Lula, o número de assentados reduziu para 252.019 (GIRARDI, 2008).

Como no Brasil a ocupação é a forma encontrada pelos movimentos sócio territoriais camponeses para formalizarem a luta pela terra e exercerem pressão sobre o governo, verificou-se no período de 2000 a 2006, um grande número de ocupações de terras. Sendo que essas terras são na grande maioria latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais em que as leis ambientais e trabalhistas foram infringidas. Além do mais, ultimamente, os movimentos socioterritoriais camponeses passaram a dar atenção e ir contra as formas de territorialização do agronegócio. Nesse sentido, neste período, percebe-se que as ocupações estão mais presentes em locais de produção de soja transgênica, cana-de-açúcar e plantações de eucalipto (GIRARDI, 2008).

Partindo dessas ocupações, a Reforma Agrária foi estruturada por assentamentos que se caracterizam por serem de criação e gerência do Estado e por uma sociedade rural oriunda, em grande parte, de lutas entre populações rurais da mesma região que envolve outros atores como: sindicatos, ONG's, Igreja, movimentos sociais e por estabelecer com os assentados, novas definições de lotes, trabalho, créditos e utilização dos espaços coletivos (NEAD, 2008).

Desse modo, "... A partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstróem-se os antigos e estabelece-se uma nova dinâmica na relação "para fora" do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal e uma nova interseção na dinâmica política local." (NEAD, 2004).

2.1.1. Os assentamentos rurais no norte de Minas Gerais

Conforme Feitosa (2008) e Barbosa (2006) as lutas pela terra no norte de Minas Gerais se intensificaram paralelamente ao processo de modernização do campo, baseados na revolução verde por meio de atuações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de recursos do Fundo de Investimentos no Nordeste (Finor) e Fundos de Investimentos Setoriais (Fiset), pois nesse processo que tinha como eixos principais a agricultura/fruticultura irrigada, pecuária

extensiva e monocultura os beneficiados eram os grandes proprietários de terras em detrimento dos menores. A consequência dessa política foi a crescente extinção do cerrado das chapadas areníticas desta região e a substituição desse bioma por latifúndios com monocultura de pínus, eucaliptos, soja, feijão, milho e café. Portanto, a presença dessas empresas impactou em mudanças na região não só no meio-ambiente como também nas relações sociais de trabalho (BAGGIO FILHO, 2003)

É fato que esses impulsos podem estimular o desenvolvimento agrícola, contudo, nessa situação promoveram a pobreza daqueles agricultores familiares que venderam suas terras aos grandes proprietários e migraram para as cidades sujeitando-se à situações de carência de trabalho, moradia e alimentação. Em muitos casos, dada a necessidade de sobrevivência e carência de incentivos, esses pequenos agricultores se submetiam a um deslocamento sazonal para a região do sul de Minas Gerais e para o interior de São Paulo para trabalharem em lavouras de cana-de-açúcar, café e eucalipto. Assim, o fenômeno de modernização agrícola desestruturou as condições do pequeno produtor rural implicando em sub-condições de trabalho, aumento da concentração fundiária e em um novo quadro sócio-econômico e ambiental (FEITOSA, BARBOSA, 2006).

Esse novo panorama agrícola intensificou ainda mais a luta pela terra no norte de Minas. Sendo assim, muitos conflitos surgiram em combate à exploração intensiva das terras por parte das empresas reflorestadoras e dos grandes fazendeiros da região. A partir dos anos 1990, a luta pela terra passou a ter uma nova estratégia influenciada pelos movimentos de luta pela terra, mais especificamente pelo Movimento do Sem-Terra (MST) que promove efeitos fundiários, políticos e sócio-econômicos, essenciais ao perfil agrário norte mineiro (FEITOSA, BARBOSA, 2006).

A batalha focou na aquisição de terras principalmente para a regularização daqueles agricultores que sem saída venderam suas terras ficando a margem da sociedade. Muitas das conquistas alcançadas por esses movimentos não foram evidentemente eficientes, pois falharam na observação da sustentabilidade dos meios de vida dos novos grupos sociais formados a partir da conquista da terra. Neste caso, a conquista da terra na região norte de Minas Gerais, em muitos casos, foi insuficiente no aspecto fundamental para "... a existência de um grupo social

fundamentado no equilíbrio entre as necessidades dos seus membros com os recursos do meio físico...” (CANDIDO, 1964). Logo, nota-se no cenário atual da região que há abertura para ações que priorizem esse equilíbrio em busca da satisfação da formação eficiente dos grupos sociais.

2.2. Bem-estar

2.2.1. Evolução do conceito

O conceito de bem-estar baseou-se inicialmente nos pressupostos do *welfarism*, ou seja, o bem-estar social é avaliado em função do nível de utilidade pessoal. Posteriormente, fundamentado no conceito de preferências, emergiu a idéia de que somente a partir das propriedades ordinais das funções de utilidades dos indivíduos é que se podia obter a análise do mesmo (FLEMING, M. 1952; SEN, 1979). A base desta teoria se concerne na escolha de determinada cesta levando-se em consideração melhores níveis de satisfação.

A combinação dessa perspectiva com princípio da Eficiência de Pareto e de Benefício-custo torna-se possível, se levado em consideração que a função do bem-estar social é uma função crescente da utilidade dado um equilíbrio competitivo. Partindo dessa idéia, a melhoria do bem-estar de um indivíduo, através de suas escolhas, não implica na piora de outro e por meio da análise de benefício-custo faz-se possível julgar se determinada situação é melhor ou não que outra (FERNANDES, 1996). Afora esta visão, surgiu o conceito de utilidades incomparáveis que consiste em comparar níveis de utilidades de diferentes indivíduos para a análise do bem-estar.

Como evolução destas abordagens surge o utilitarismo, também chamado de novo bem-estar econômico, que combina as doutrinas anteriores com comparações interpessoais e teorias cardinais de utilidade (SEN, 1979). A terminologia do bem-estar sofreu variações, as situações históricas garantiram a evolução deste conceito que passou a se relacionar ao desenvolvimento econômico. Por conseguinte, nas décadas de 1950-1960, os modelos de crescimento que aspiravam à melhoria das

condições de vida passaram a ser relacionados ao bem-estar. Dessa maneira, a renda, como um dos indicadores do crescimento, passou a ter um papel fundamental na conceituação do bem-estar (MCGILLIVRAY & CLARKE (2006); BOUERI & LIMA, 2009).

Levando em consideração a amplitude de oferta de bens e serviços oferecidos à sociedade e tendo como base as expectativas racionais, em que maior nível de renda pode determinar um maior nível de consumo intertemporal, ou seja, uma maximização temporal do nível de satisfação por meio da aquisição de bens supérfluos e fundamentais, a função utilidade gerada por este conceito é relacionada diretamente ao consumo que, por sua vez, não poderá ser desvinculado à renda, e esta última, portanto, torna-se um indicativo do bem-estar (MCGILLIVRAY & CLARKE (2006); BOUERI & LIMA, 2009).

Visto que o bem-estar não poderia ser analisado somente com base na utilidade, foram atribuídos conceitos multidimensionais desse construto e assim o mesmo passou a ser focado baseado em aspectos de *realização* e na observação equitativa da *oportunidade*.

No primeiro conceito, a concretização de diferentes desejos, como a realização de necessidades básicas de saúde, educação, moradia, dentre outros, favorecem o bem-estar (BOUERI & LIMA, 2009). Logo, o bem-estar de uma pessoa é ligado a uma série de desejos e experiências satisfeitas em diferentes momentos da vida. Os desejos básicos podem ser denominados de bens primários, a maior aquisição desses bens pode dar uma maior segurança ao indivíduo em realizar outros objetivos (RAWLS, 2002). Nesta perspectiva de *realizações* deve-se estabelecer os limites mínimos de insumos necessários para a manutenção básica da sobrevivência e atingir suas realizações (BOUERI & LIMA, 2009).

Por outro lado, o segundo aspecto, relaciona-se ao conceito de igualdade de oportunidade apresentado por Rawls (2002). Entra, portanto, a interpretação da realização e ordenamento dos bens sociais primários, definidos como direitos, liberdades e oportunidades, além de renda e riqueza. Neste caso, levando em consideração que os princípios da justiça são levados a sério, há uma liberdade de oportunidade, o que dá direito a todos de perseguirem seus desejos (RAWLS, 2002).

Ou seja, o bem-estar está associado à oportunidade que o indivíduo tem de alcançar o que lhe seja preferível (BOUERI & LIMA, 2009).

O Bem-estar pode também referir-se ao conjunto de capacidades dos indivíduos que refletem as combinações de *functionings*² que as pessoas podem exercer ou escolher dada sua realidade social (SEN,1993).

Nos mais importantes *functionings* podem se enquadrar aspectos como o suprimento da educação, saúde, alimentação e até mesmo outros tão importantes e mais complexos como o alcance do respeito próprio, liberdade e a sociabilidade. Para este autor, um bem-estar mais elevado é alcançado por meio de combinações de *functionings* favoráveis ao maior nível de capacidade.

Esse autor apresenta também uma análise do retorno e das restrições de políticas públicas partindo de uma relação existente em bem-estar e liberdade. Para ele, o bem-estar está relacionado com a condição de agente do indivíduo que pode ser caracterizada pela ocorrência daquelas coisas que alguém valoriza e almeja realizar com os próprios esforços ou não. Assim, um maior bem-estar dependerá da importância dada pela pessoa em exercer ou não determinada atividade. No caso, por exemplo, da solução de um problema ambiental que somente poderá ser encontrada por meio da atuação de uma política pública, este tipo de problema pode ser de interesse de um indivíduo resolvê-lo. No entanto, como é difícil para ele executá-lo sozinho, a condição da solução desse problema passa a outro comando – neste caso, o Governo. Mas isso não implica em perda de bem-estar pessoal, pois, a eliminação de um problema ambiental sério aumenta a liberdade de viver, que conforme o autor eleva o bem-estar³ Sen (2002).

Além disso, de acordo com Sen (2002), outros processos somente irão refletir positivamente no bem-estar se a ocorrência deles for através de seus próprios esforços - “liberdade como controle”. Para o autor, existe, um conflito entre liberdade e bem-estar, pois, a possibilidade de se obter várias escolhas pode fazer com que nos gere um desconforto na vida de uma pessoa, tendo em vista que nem sempre temos a possibilidade de escolher a melhor opção de estilo de vida e isso poderá implicar em uma perda de bem-estar.

² Conforme Sen (1993) representa a “situação” de uma pessoa no exercício de alguma atividade.

³ Partindo do pressuposto de que o seu maior desejo era solucionar o desajuste ambiental, independente da condição de controle do agente.

Ele ainda descreve sobre a relevância do bem-estar pessoal. Neste contexto, ele enfatiza as diferenças de propósitos e de importância que cada indivíduo como condição de agente atribui às escolhas. Quando são levados em consideração o bem-estar e as condições de agente, essas diferenças podem contribuir para realização de comparações interpessoais e, com isso, obter respostas de questões como “desajustes sociais” ou de “desempenho”.

Assim sendo, a abordagem do bem-estar é muito importante em alguns aspectos como seguridade social, extinção da pobreza, melhoria na distribuição de renda e na busca da justiça social. Ademais, é relevante a análise do bem-estar para uma melhor compreensão da desigualdade pessoal e para avaliação de políticas públicas. Conseqüentemente, existe uma estreita relação entre desajustes sociais e desigualdades de bem-estar (SEN, 2002).

Portanto, Sen (2002) considera que as diferenças entre os indivíduos podem ser percebidas por meio de fatores como: liberdade, renda, utilidade, capacidade e admite que o problema de análise da desigualdade depende do espaço de análise escolhido. No caso, por exemplo, do estudo das desigualdades de bem-estar entre indivíduos diferentes pode-se verificar limites distintos de bem-estar tanto no âmbito maximizador como minimizador, e assim, a posição de uma pessoa pode ser julgada, conforme o mesmo autor, em termo de realização ou insuficiência⁴.

2.2.2. Bem-estar subjetivo

Depois da segunda guerra, percebeu-se que a abordagem do bem-estar pode ir além dos avanços históricos e tecnológicos, dos investimentos públicos, de tentativas de erradicar a fome e a desnutrição, de melhorar as condições de trabalho e moradia. Pode alcançar caminhos mais íntimos e distinguir características e reações adversas que muitas vezes são causas da intranqüilidade emocional do ser humano. Muitos cenários, atitudes e desejos podem influenciar nas ocorrências de prazer ou de dor, os quais tendem a pólos de satisfação positivo e negativo tão subjetivos ao ser humano.

⁴ Ver Sen (2001) p148-152.

Dessa forma, torna-se fundamental o estudo do bem-estar subjetivo e psicológico que se fundamenta a partir de abordagens hedônicas e/ou eudaimônicas que estudam a natureza da satisfação humana e suas influências no bem-estar. De acordo com a visão hedônica, a qual estuda “o que torna uma vida boa”, o bem-estar é visto além da óptica dos prazeres corporais passando a ser analisado através de características mais amplas como apetites e interesses pessoais.

Nessa visão mais extensa, o bem-estar consiste em interesses subjetivos à experiência do prazer e na felicidade. Desse modo, estudiosos hedônicos consideram o bem-estar como uma abordagem do prazer *versus* a dor. Essa psicologia hedônica utiliza a avaliação do Bem-Estar Subjetivo (BES) dentro de sua abordagem. O BES é composto de três características que juntamente podem ser admitidas como um indicador de felicidade: i) satisfação com a vida; ii) presença de atos positivos e, iii) ausência de atos negativos (RYAN E DECI, 2001).

Por outro lado, alguns estudiosos não consideram a felicidade como um critério de bem-estar e adotaram uma nova análise que poderia representar de forma mais satisfatória esse termo: a visão eudaimônica. Esta abordagem admite que as satisfações dos desejos nem sempre promovem o bem-estar e assim, o alcance da felicidade subjetiva não pode ser considerado como uma conquista do mesmo. A abordagem eudaimônica sugere então que as pessoas vivam de acordo com suas próprias virtudes, angústias e verdades. Essa percepção pode ser expressa pelo Bem-Estar Psicológico (BEP) que considera seis aspectos distintos da vida humana: i) autonomia, ii) crescimento pessoal, iii) auto-aceitação, iv) objetivo da vida, v) domínio, e, vi) relações positivas (RYAN I DECI, 2001).

Sendo assim, para Giacomoni (2004), o bem-estar subjetivo é utilizado como referência a vários estudos com intuito de se aferir a felicidade, satisfação, estado de espírito e afeto positivo. Pode ser então considerado uma avaliação subjetiva da qualidade de vida. A autora apresenta duas teorias que tentaram explicar historicamente o bem-estar subjetivo: a primeira denominada *bottom-up*, explica como os fatores externos e as variáveis demográficas são capazes de afetar a felicidade; a segunda, *top-down*, tem uma percepção contrária, ou seja, as pessoas mais felizes têm uma propensão de interpretar melhor as experiências da vida. O indivíduo tende também a realizar uma análise de sua vida comparando-a a alguns

critérios que avalia como padrão de qualidade. Se essa comparação incorre em uma posição superior (inferior) do indivíduo, ele então passa obter uma melhor (pior) satisfação (GIACONOMI, 2004).

Além disso, existem outras teorias psicológicas a respeito da felicidade. Nesse contexto, está inserida a abordagem tética que considera que a felicidade pode ser obtida por meio da satisfação das necessidades, e em caso contrário, causa infelicidade. Ademais, são apresentadas as teorias de prazer e dor, que distinguem a felicidade como a sensação ao adquirir algo, essa por sua vez relaciona-se com a “carência” ou concretização. Ou seja, a felicidade é positivamente proporcional ao maior nível de carência experimentada antes da cognição de um objetivo. Outra teoria refere-se à felicidade como um subproduto da atividade humana. Neste caso, no momento em que o indivíduo volta-se em direção a atividades importantes obtém como subproduto dessas, a felicidade (FIQUER, 2006).

De acordo com Graziano (2005), o bem-estar pode ser visto por meio de componentes individuais da felicidade e ser dividido em três dimensões: a primeira refere-se à teoria da satisfação que considera que a felicidade é proporcionada pela redução das sensações negativas; a segunda avalia a felicidade a partir das sensações de engajamento em atividades específicas; e a terceira relaciona esse termo à predisposição genética e de personalidade que algumas pessoas possuem para manter certa estabilidade de reação aos acontecimentos. Esta última aborda que existem pessoas que sempre serão infelizes e àquelas que o mesmo não acontece, por causa da pré-disposição genética do equilíbrio diante dos fatos.

Logo, para a representação da felicidade humana a seguinte fórmula poderá ser adotada: $H = S + C + V$, em que H é a felicidade constante, S os limites que o indivíduo é submetido, C representa as circunstâncias da vida e V apresenta os fatores que o próprio indivíduo manipula (SELIGMAN, 2004 apud GRAZIANO, 2005). Consequentemente, a felicidade pode ser avaliada como uma sobreposição de frequências positivas em relação às negativas (ÍNFRAN, 2004)

2.2.3. Outras abordagens do Bem-estar

Mesmo percebendo que o estudo do bem-estar é dificultado pela ausência de um termo que o padroniza, Wolfe (1931) tenta - partindo de suas compreensões – relacioná-lo às instituições econômicas, processos e aos valores. Desse modo, considera meramente impossível associar precisamente valores éticos e humanos com valores econômicos, pois, para ele, estes últimos tratam de quantidades monetárias enquanto os primeiros são observados por meio de características de qualidade de vida.

Ele chama atenção, entretanto, para o papel que os bens, que é um exemplo de valor monetário, passaram a ter na personalidade humana, e, conseqüentemente, de toda sociedade. Partindo de um ponto de vista ético utilitarista, o autor ainda admite este tipo de atitude materialista como uma evolução de um padrão ético do desejo. Nesse sentido, ele considera o modelo do bem-estar como um padrão do que é “desejável”. Ou seja, o nível do bem-estar dependerá do que é desejável pelo indivíduo; neste caso, ele só considera que houve uma variação em seu bem-estar quando ocorre uma interferência no que ele admite como objeto de desejo.

Por exemplo, na juventude mais coisas são desejáveis, enquanto na velhice, muitas coisas que o indivíduo desejou possivelmente já foram satisfeitas ou de outra maneira, já foram resolvidas. Deste modo, se comparados no mesmo período de tempo, o idoso tem uma probabilidade de obter um bem-estar maior que o jovem, que ainda passará por muito sucesso ou fracasso na concretização de seus desejos. Além disso, para a manutenção do padrão de vida das pessoas é essencial o suprimento de certa quantidade de bens e serviços e a execução de sacrifícios que envolvem a produção como, por exemplo, a quantidade de trabalho ofertada pelo indivíduo e o lazer (WOLFE, 1931).

Destarte, na análise do bem-estar de um Sistema Econômico faz-se necessária a observação não somente da quantidade de benefícios adquirida como também das variações das necessidades e dos valores dos indivíduos. Nesse contexto, observa-se que os desafios enfrentados pelas pessoas são intrínsecos a esses valores, tendo em vista que a dificuldade estimula o desenvolvimento de

várias práticas de atividade e capacidades, que são tão importantes na realização humana. Entretanto, deve-se ficar atento a algumas capacidades anti-sociais como, por exemplo: conflitos, prestígio odioso, impulsos para o poder, as quais não podem ser consideradas como desenvolvimento. De outra forma, se elas forem empregadas adequadamente, ou seja, seguindo um objetivo de progresso, podem promover retornos positivos (CLARK, 1967).

Conforme Clark (1967), para a existência do bem-estar é necessária a desigualdade, e não uma perfeita igualdade. Portanto, o desejo do desigual e do diferente é considerado como um impulso para que as pessoas busquem a realização dos objetivos. Por outro lado, se o igualitarismo for abandonado não haverá meio de se comparar satisfações dos indivíduos.

Portanto, todas as abordagens do bem-estar apresentadas favorecem a compreensão das características que conferem maiores níveis de satisfação do indivíduo e a partir de então, obter um perfil das necessidades dos mesmos. Tal objetivo pode também ser empregado com ajuda de métodos quantitativos como a construção de índices que podem servir de parâmetros para a avaliação dos níveis de bem-estar.

3. METODOLOGIA

Quando entra o verão despenca a flor do algodão
Se cai um pouquinho de chuva temos frutos do sertão (...)
(...) Manga, mamão, caju e cajuí.
O gosto do seu beijo tem sabor de Buriti (...)

Música: Frutos do Sertão II

Autor: Inácio Loyola

3.1. Fonte de Dados

Este trabalho foi realizado com base em dados quantitativos e qualitativos obtidos de fontes primárias e secundárias. Para a obtenção dos dados primários, realizou-se uma pesquisa de campo no Assentamento São Francisco em Buritizeiro – MG, no período de janeiro e fevereiro de 2009, e utilizou-se de várias entrevistas feitas com os assentados e com o atual presidente do Sindicato Rural e também componente do Assentamento São Francisco, Orígenes. O referencial teórico, desde o levantamento inicial de informações à elaboração do modelo analítico, foi realizado no Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa.

3.2. Breve descrição do Objeto e do instrumento de Coleta de dados

As terras onde foi implantado o assentamento São Francisco pertenciam, através de um comodato, à firma Lança, que se fixou naquele local com fins a exploração da monocultura de eucalipto. Ao iniciar a atividade no local, os posseiros que lá existiam antes da chegada da Empresa, tiveram duas opções: ou permaneciam nas terras como trabalhadores da Firma ou iam embora em busca de outro meio de sobrevivência. Quando a atividade monocultora foi encerrada, a Empresa Lança fora embora ficando somente os trabalhadores. Estes permaneceram nas terras, explorando-as como posseiros tranquilamente.

Durante muitos anos, eles ainda permaneceram no local sem nenhum problema, mas aproximadamente dez anos depois, surgiram conflitos para que os

trabalhadores fossem retirados do local. Nesse momento, deu início a um conflito por aquelas terras. De um lado estava a firma Lança acompanhada de seus possíveis compradores, e de outro, os posseiros que lá viviam há anos. Essa luta teve fim somente quando uniram forças municipais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, juntamente com o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) na tentativa de regularizar a situação dos posseiros e evitar esses conflitos. Nesse sentido, o INCRA fez o levantamento do preço da terra e seguiu todo o procedimento para tornar aquele lugar em um assentamento legalizado. Sendo assim, em novembro de 1995, criou-se o assentamento São Francisco que atualmente beneficia 28 famílias em uma área de 2.276,37 hectares.

A produção do assentamento é basicamente voltada à subsistência, Produz-se milho, mandioca, arroz, feijão, hortaliças e há criação de animais. O cotidiano desses assentados é caracterizado basicamente pelas atividades agropecuárias inerentes à agricultura familiar.

Para que os objetivos do estudo fossem atingidos de maneira satisfatória, foi necessária a aplicação de 28 questionários no assentamento São Francisco, ou seja, todas as famílias do universo correspondente ao estudo foram pesquisadas. Além do questionário destinado à cada família foram feitas 9 entrevistas com Orígenes (Assentado do P.A.S.F e também atual presidente do Sindicato Rural do município).

Esse método de coleta de dados destinou-se a captar informações acerca de vários aspectos sociais e econômicos como educação, saúde, ambiental, produção, crédito, assistência técnica, relação com o mercado de fatores e de produtores, renda, dentre outros, do público alvo. Dessa maneira, os dados proporcionaram a obtenção de características objetivas e subjetivas de cada família e permitiram também o conhecimento dos detalhes históricos e uma análise crítica de um assentado específico ajudando no esclarecimento de muitas dúvidas.

3.3. Caracterização do município e do assentamento em estudo

3.3.1. Buritizeiro

O município de Buritizeiro caracteriza-se por ter uma cultura ribeirinha e por possuir tradições e vinculações políticas, administrativas e econômicas advindas de algumas cidades como São Romão e Pirapora. Buritizeiro esteve vinculado por um grande período à cidade de Pirapora como distrito. No ano de 1861, o distrito passou a se chamar Pirapora d'Além São Francisco. Em 1912, foi desmembrado do município de São Francisco e em 7 de setembro de 1923, passou a se chamar Buritizeiro por meio da lei estadual Nº. 843. A partir desse processo, vários territórios foram anexados a Buritizeiro, inclusive ao norte sua área foi acrescentada com uma parte antes pertencente ao município de São Francisco (SEBRAE, 2001).

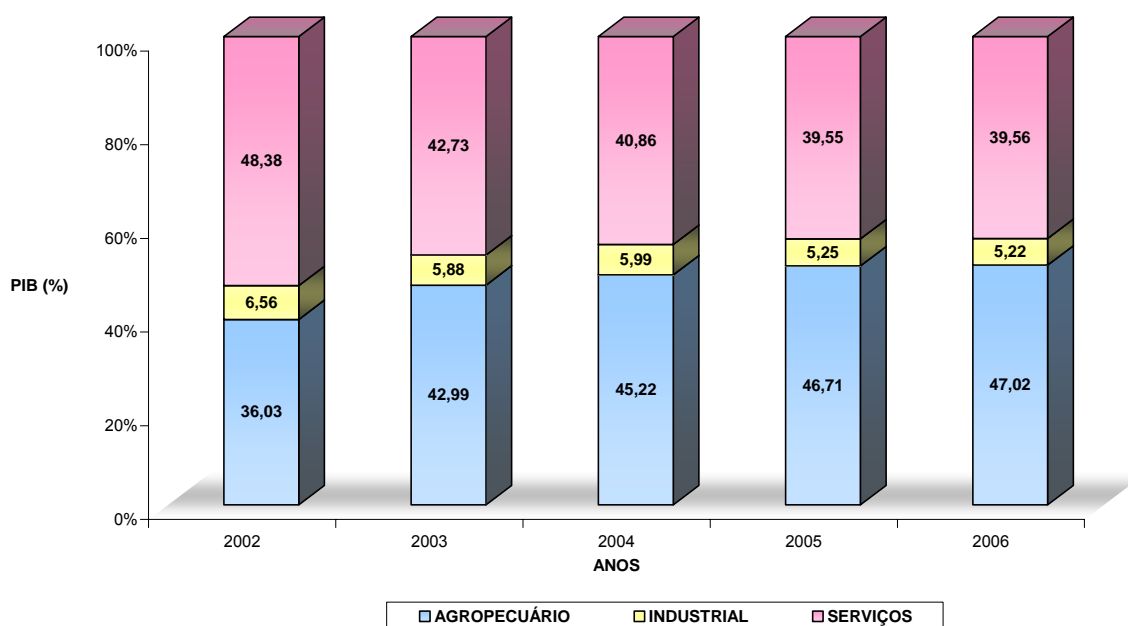
Quase quatro décadas depois, por meio da lei estadual Nº. 2764, de 30 de dezembro de 1962, foi criado o município de Buritizeiro e emancipado no dia 1º de março de 1963. O nome dado derivou-se das palmeiras de Buritis, característica marcante da vegetação cerrado no município. Buritizeiro está inserido na microrregião de Pirapora, juntamente com os municípios de Pirapora, Ibiaí, Jequitaí, Lassance, Lagoa dos Patos, Santa Fé de Minas, São Romão e Riachinho. Possui área equivalente a 7236,21 Km² correspondendo ao quarto maior município em extensão territorial do Norte de Minas (SEBRAE, 2001).

Historicamente, as atividades predominantes do município são a agricultura, a pecuária e a pesca. Caracteriza-se por temperaturas anuais oscilando entre 30,6º e 23,6ºC , uma altitude máxima de 910 e mínima de 465 m; concentração pluviométrica em seis meses no período de outubro a março e por ser banhado pelos rios São Francisco, Formoso e Rio da Areia (SEBRAE, 2001).

Até os anos de 1970, a população rural do município era maior que a urbana em termos relativos e absolutos. A partir da segunda metade dos anos de 1970, a população urbana cresceu em níveis superiores à população rural, ampliando, nos anos seguintes a distância entre as duas. Conforme o último censo elaborado pelo IBGE, a população total do município no ano de 2007 foi de 26.133 mil habitantes.

Como indicador econômico, pode-se apresentar o Produto Interno Bruto (PIB) do município. O cálculo do PIB é feito por meio do somatório de todas as riquezas de determinada região, o mesmo pode indicar o desempenho da economia de mercado de uma localidade. Deste modo, o cálculo do PIB municipal de acordo com a série de relatório metodológicos do IBGE:

“(…) consiste num processo descendente de repartição, pelos municípios, do valor adicionado das 15 atividades das unidades da federação: primeiro, estima-se o valor estadual de cada agregado; em seguida, reparte-se esse valor pelos municípios, ou seja, uma vez estimado o valor adicionado por atividade de cada estado, procede-se à distribuição para as atividades municipais, segundo indicadores escolhidos para este fim”.

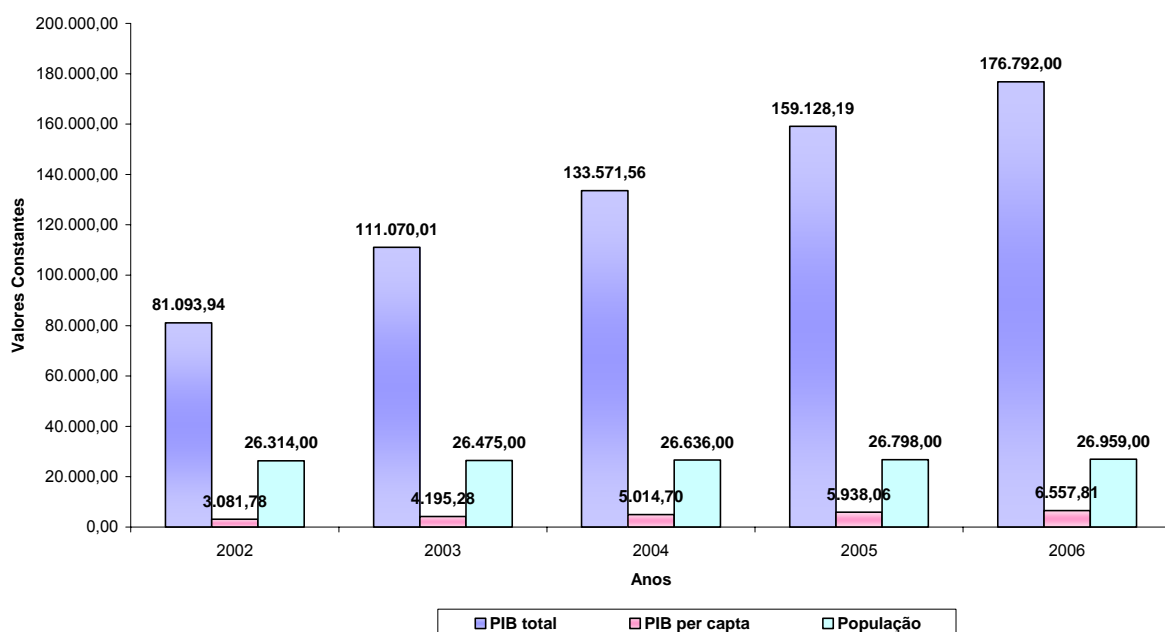


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

Figura 1 – Contribuição percentual do PIB setorial no PIB total do município de Buritizeiro-MG no período de 2002 a 2006.

A Figura 1 apresenta a contribuição do PIB setorial no PIB total de Buritizeiro-MG nos anos de 2002 a 2006. Portanto, sustentando a importância do setor agropecuário no Município, verifica-se que em todos esses anos este setor obteve a maior participação no PIB total, em seguida, está o setor de serviços e o setor industrial, respectivamente. Este último, quando comparados os anos 2002 e 2006,

obteve um desempenho crescente de 184,5% e uma participação no PIB total também crescente. Por outro lado, durante esses mesmos anos, apesar de ter apresentado um progresso, o setor de serviços e industrial, em termos de contribuição no PIB total continuou a apresentar-se menor. Isso pode ser justificado pelo pouco incentivo à essas atividades reafirmando a característica agrícola do município.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE

Figura 2 – PIB total, PIB per capita e População do município de Buritizeiro-MG nos anos de 2002 a 2006.

Na Figura 2 apresentam-se alguns dados gerais do município. Sendo assim, por meio dele é possível verificar um aumento no PIB total em 118% quando analisado os anos de 2002 a 2006. Esse crescimento não foi acompanhado pelo aumento populacional que nestes mesmos anos foi de 2,45%. Confirmando tal desempenho, o PIB per capita cresceu 112%.

Outro índice importante como referência de desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para seu cálculo apropriam-se três variáveis como: educação, longevidade e renda de uma população. Serve de um complemento ao PIB, pois considera outras variáveis culturais, sociais e políticas como importantes para a condição humana. O valor do IDH varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento humano, caso contrário, ou seja, mais

próximo a 0, o município necessita de políticas que favoreçam o desenvolvimento local (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003). A Tabela 1 apresenta os dados do IDH do município durante os anos de 1991 e 2000.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município de Buritizeiro-MG nos anos 1991 e 2000.

IDH – Composição	1991	2000
IDH – Educação	0,658	0,777
IDH – Longevidade	0,593	0,652
IDH – Renda	0,507	0,548
IDH – Municipal	0,586	0,659

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Associação Mineira dos Municípios (AMM) – dados decenais.

Por meio da Tabela 2 percebe-se que o índice municipal no ano 1991 foi próximo de 0,5, revelando um fraco desempenho do município nos quesitos longevidade e renda. O valor mais significativo deste ano foi IDH-Educação com uma representatividade de 0,6, o que mostra um melhor comportamento da alfabetização e da frequência escolar no município. Todavia, para uma análise mais acurada seria relevante o número médio de anos de estudo da população. O índice do ano 2000 foi mais expressivo do que o de 1991, tendo em vista que todos os valores de IDH, com exceção o IDH-Renda (0,548), foram superiores, sendo que o IDH-Educação também o mais significativo. Contudo, ainda são índices considerados de médio-baixo desenvolvimento.

3.3.2. O assentamento São Francisco

3.3.2.1. Histórico

Na década de 1970, a área mineira da SUDENE recebeu incentivos fiscais para fomentar a economia regional. Portanto, o município de Buritizeiro-MG, sendo pertencente a essa área, foi um dos “beneficiários” dessa política por meio de estímulos à exploração da atividade monocultora de eucalipto para abastecer às

siderúrgicas da região. Adotada essa política, as terras ocupadas por várias famílias que eram consideradas de propriedade pública, passaram, por meio de um incentivo produtivo denominado Comodato, a pertencer a algumas firmas que estavam dispostas a realizar o investimento no plantio de eucalipto.

Nesse cenário, muitos agricultores que há anos, inclusive por herança familiar, estavam fixados nessas terras públicas, foram colocados em uma situação conflitante: ou iam embora das terras, ou se subordinavam ao trabalho para essas firmas, como foi dito anteriormente. A história da luta pela terra do Projeto de Assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG (P.A.S.F.) surgiu neste contexto. A antiga propriedade da firma Lança – pertencente ao Sr. Aníbal Teixeira e outros – “... é remanescente de ocupação em área abandonada por empresa de “reflorestamento”... para o fomento do setor siderúrgico na “explosão industrial”” (Orígenes, atual Presidente do sindicato rural de Buritizeiro-MG – Março de 2009).

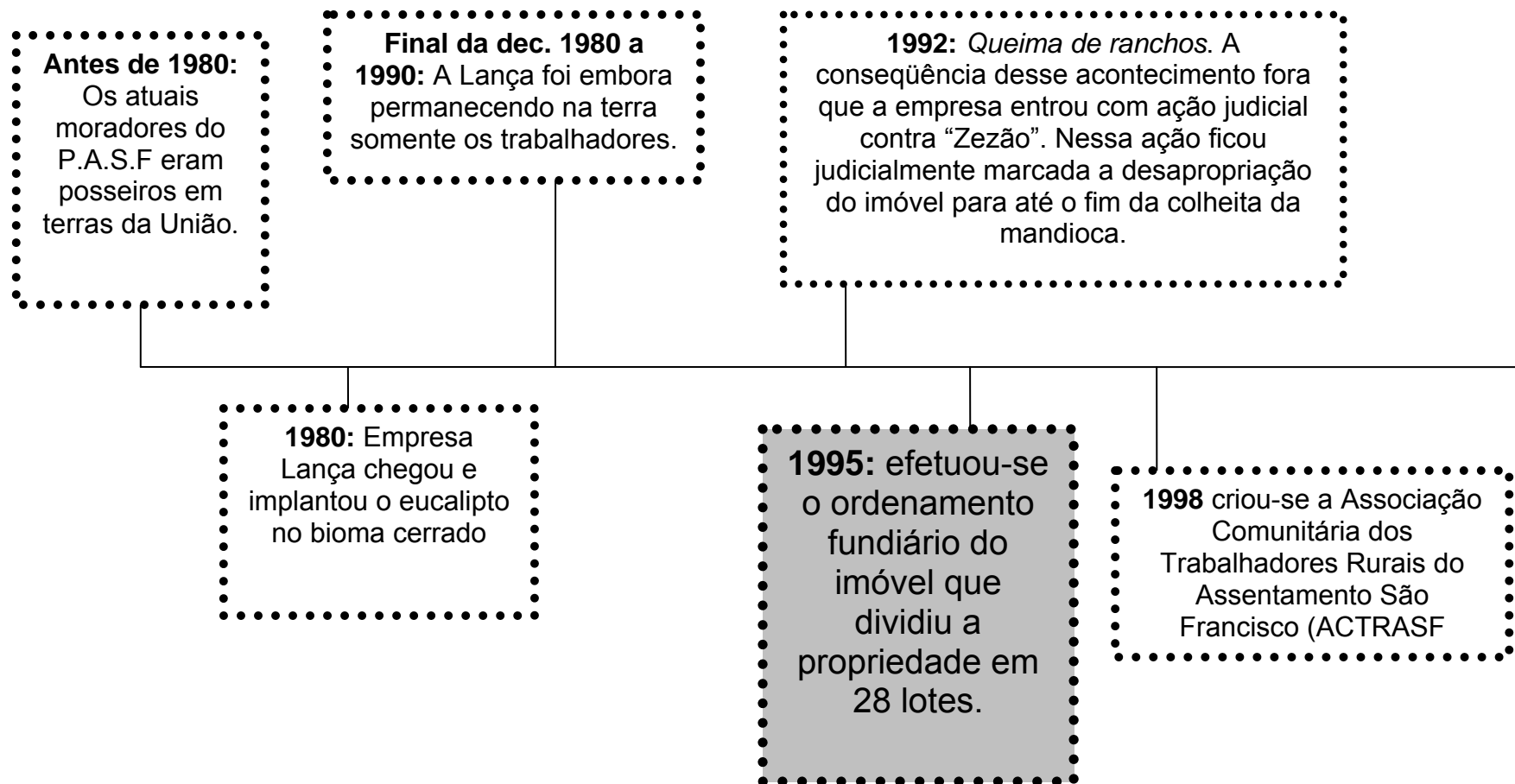


Figura 3 – Linha Cronológica da luta pela terra no Projeto de Assentamento São Francisco

Seguindo o cronograma representado pela Figura 1, acima, nota-se que a terra que foi comodato da Empresa Lança, nesse período de incentivo, foi abandonada logo que acabaram os subsídios. Essa situação é demonstrada também no depoimento do Sr. Orígenes - Presidente do sindicato rural de Buritizeiro-MG:

“(....) com o abandono destas áreas, vários trabalhadores rurais ficaram sem receber o pagamento pelos serviços prestados a empreiteiras destas Empresas, e como não tinham registros na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), entenderam que não havia como recorrer a justiça do trabalho e optaram por permanecer na terra, e a partir deste momento plantando mandioca, feijão, arroz e criando pequenos animais, estabelecendo a partir daí uma condição de posseiros. Outros trabalhadores rurais desempregados percebendo esta oportunidade, migraram também para essas áreas formando assim uma grande comunidade de posseiros” (Palavras do Orígenes – Presidente do sindicato rural de Buritizeiro-MG).

Então, durante muitos anos, esses agricultores permaneceram na fazenda sem que nenhum dos proprietários viesse reclamar ou mesmo visitar suas terras. Contudo, tempo depois, a Firma Lança descobriu a presença deles iniciando um conflito agrário. Vendo a dificuldade em retirar os “invasores” das terras, a Firma realizou vários contratos de compra e venda estabelecendo mais outro tipo de relação conflituosa: posseiro *versus* grileiro. Dotados desse contrato, os grileiros, invadiam as terras e realizavam várias ameaças às famílias posseiras.

Enfim, em 1992, essa intranqüilidade foi intensificada com a queima dos ranchos dos moradores. Nesses momentos de conflito, os posseiros contavam com um grande líder, “Zezão”, que acolhia seus companheiros e enfrentava todos que os ameaçavam, inclusive policiais. Esse episódio de queima dos barracos culminou em uma ação judicial por parte da Empresa contra esse líder. Em audiência, o mesmo se viu com apenas uma alternativa: ganhar tempo com intuito de regularizar a situação fundiária dele e de seus companheiros.

Por esse motivo, fez um acordo com a parte contrária em que ficou combinado um prazo determinado para a retirada dos posseiros somente após a colheita de mandioca. Tal prazo, não foi pedido ao acaso, dado que a colheita de mandioca se finaliza de dois em dois anos, ou seja, o acordo feito proporcionou a eles mais dois anos para a conquista da regularização da terra.

Tendo em vista esse prazo, os agricultores juntamente com “(...) o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro e políticos da época, iniciaram uma batalha

judicial e administrativa no sentido de garantir o direito dos posseiros” (Palavras do Orígenes – Presidente do sindicato rural de Buritizeiro-MG). A conquista dessa batalha foi finalizada somente em 1995 quando por meio do apoio do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) foi feito o levantamento do preço da terra e seguido todo o procedimento administrativo e legal para tornar aquele lugar em um assentamento de trabalhadores rurais.

Sendo assim, em novembro de 1995, finalizou-se o processo de desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária e, posteriormente, efetuou-se o ordenamento fundiário do imóvel que dividiu a propriedade em 28 lotes. Essa nova etapa não só definiu a nova propriedade denominando-a como Projeto de Assentamento São Francisco (P.A.S.F.), como também possibilitou que os antigos posseiros tornassem futuros proprietários de terras.

Passados três anos de regularização, o P.A.S.F. ainda não tinha uma Associação gestora tendo em vista que estava condicionada à da região. Entretanto, visando uma maior racionalização para a descentralização dos recursos de fomento, superar as dificuldades de capital e gerar benefícios para os associados, o INCRA exigiu que fosse criada uma Associação do próprio Projeto. A partir de então, fora feita uma reunião entre os assentados, juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Buritizeiro, na qual foram definidos os propósitos de uma Associação bem como os direitos, deveres e benefícios dos associados. Sendo assim, em 17 de fevereiro de 1998 criou-se a Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Assentamento São Francisco (ACTRASF) que a partir deste momento passou a servir de representatividade jurídica do P.A.S.F.

Uma das conquistas alcançadas a partir da criação da ACTRASF foi a aquisição da fábrica de farinha que é um dos meios de produção que além de possibilitar um relacionamento mais estreito entre os associados, contribui também como um adicional econômico por viabilizar outra forma de escoar a produção de mandioca, arbusto cultivado no local.

Portanto, percebe-se que a criação do P.A.S.F. se diferenciou de muitos assentamentos, pois a luta originou não apenas em busca da posse de terra, mas também pela detenção de uma terra definida, que já moravam há anos, mas que não eram os verdadeiros donos.

A terra por que “seu Zezão” tanto lutou caracteriza-se por ser uma região de gerais (campo, veredas e de muitas nascentes). A produção é diversificada com colheitas de arroz, mandioca, milho, quiabo, feijão-de-corda, dentre outras culturas voltadas à subsistência e/ou a comercialização. Não mais se pratica a monocultura, como se fazia na década de 1970-80. Além disso, são criados animais, que podem ser considerados a segurança econômica desses agricultores, pois como o gado é criado solto e sem custos de pastagens a venda dos mesmos em períodos difíceis é considerada como uma poupança segura.

Hoje, vivem lá alguns moradores que participaram da luta pela conquista da terra, além de novos agricultores que substituíram alguns pioneiros. A maioria da população é idosa e muitos são naturais da cidade de Buritizeiro, mas grande parte é nascida em outras cidades vizinhas como Jequitaí, São Romão, São Francisco, Francisco Dumont, Santa Fé de Minas, Brasília de Minas e Lagoa dos Patos-MG.

Como os homens e as mulheres na maioria das famílias do P.A.S.F. participam da atividade produtiva, o cotidiano das mesmas é caracterizado pela dedicação de maior parte do tempo ao trabalho agrícola e às atividades do lar. E, às vezes, para as práticas agrícolas são feitos mutirões solidários entre os membros do Assentamento no momento de necessidade de cada propriedade.

Outra prática que pode caracterizar a cooperação desses agricultores é a comunhão das máquinas na fábrica de farinha local. Esse fato, entretanto, ultimamente não está sendo freqüente, devido à baixa produtividade da principal matéria-prima, a mandioca. Sendo assim, atualmente percebeu-se pouca utilização dessas máquinas, e, conseqüentemente, uma reduzida produção de farinha.

Além disso, é costume das famílias visitarem seus vizinhos para “contar papos”, contos, como forma de lazer ou mesmo se reunirem na casa de um ou de outro para o chamado “forró”. É possível ver nos assentados o sonho de uma vida melhor, o desejo de uma maior atenção para que a terra que tanto almejaram não seja abandonada.

3.4. Modelo Operacional

No presente estudo optou-se por adotar os procedimentos básicos do Índice de Bem-estar Social proposto por Kageyama (1993), porém adaptando o método

para pesos variáveis por meio de um intervalo gerado a partir de dados de preferências de alternativas.

3.4.1. O Índice de Bem-Estar Rural (IBER)

Conforme Kageyama (1993) os passos para a obtenção do IBER são os seguintes:

1º - Obtenção dos indicadores simples.

2º - Padronização dos indicadores. Por meio de tal, são construídos índices simples que oscilam entre 0 e 1, por meio da fórmula que se segue:

$$\text{índice} = \frac{\text{valor do indicador} - \text{mínimo}}{\text{máximo} - \text{mínimo}}$$

Os valores máximo e mínimo referem-se aos valores maiores e menores dos indicadores observados nas áreas do estudo. Desse modo, foram computados 5 (cinco) índices considerando seus respectivos indicadores que se diferenciam dos mesmos por meio da letra I.

3º - A partir de médias ponderadas dos índices simples obtidos no passo anterior calcula-se os indicadores parciais. Neste caso, foram construídos 5 índices parciais (sub-índices):

- a) INFRA: Índice de infra-estrutura
- b) IRP: Índice Renda e Produtividade
- c) IMA: Índice de meio ambiente.
- d) IPV: Índice Prazeres com a vida

4º - Partindo da média aritmética desses 5 índices parciais, faz-se o cálculo do Índice de Bem-estar Econômico e Social (IBES):

$$IBES \equiv W_{ij} (INFRA + IRP + IMA + IPV)$$

$w_{ij} \equiv$ peso dado a cada índice parcial

5º - Obtém-se os níveis do bem-estar que se enquadram entre 0 e 1 e assim, quanto mais próximo de 1 maior é o nível. Desse modo, o resultado encontrado em cada indicador deve satisfazer ao seguinte critério:

- a) Nível baixo: $0 < \text{Indicador} < 0,5$
- b) Nível médio: $0,5 \leq \text{Indicador} < 0,8$
- c) Nível alto: $0,8 \leq \text{Indicador} \leq 1$

3.4.2. Consolidação dos indicadores utilizados no cálculo do IBES

As variáveis utilizadas no cômputo dos índices parciais que compõe o IBES baseiam-se nos indicadores apresentados no Índice de Sustentabilidade elaborado por Barreto, Lima & Khan (2005), no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁵, e valorizaram-se também as respostas dadas pelos agricultores ao serem perguntados sobre o nível de satisfação obtido a partir de determinadas opções ou situações. Dessa forma, abaixo estão apresentados os indicadores e à frente, seus respectivos pesos:

1) Índice infra-estrutura (INFRA): Para compor este índice foram avaliados dados disponíveis e seus respectivos pesos associados à infra-estrutura encontrada em cada família tais como:

1.1 Possuir Moradia

- a) Sim 0,5
- b) Não 0

1.2 Tipo de Moradia

- a) Alvenaria 1

⁵ Educação, saúde e Longevidade. Ver em Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, acesso: www.pnud.org.br.

- b) Madeira 0,75
- c) Pau-rolíço 0,5
- d) Lona 0,25

1.3 Possuir energia

- a) Sim 0,5
- b) Não 0

1.4 Possuir água

- a) Sim 0,5
- b) Não 0

1.5 Tipo de água disponível

- a) Encanada e tratada 1
- b) Poço artesiano, caminhão pipa 0,75
- c) Cisterna ou cacimba 0,5
- d) Buscada em rios, córregos ou veredas 0,25

1.6 Acesso à escola

- a) Sim 0,5
- b) Não 0

1.7 Escola mais próxima

- a) Na comunidade 0,5
- b) Na cidade 0

1.8 Em termos de saúde, qual a infra-estrutura encontrada mais próxima?

- a) Hospital, PSF rural, Farmácia rural. 0,5
- b) Hospital, PSF, ou farmácia do município. 0

1.9 Forma de deslocar supondo qualquer eventualidade de saúde

- a) Ambulância (pública) 1
- b) Veículo próprio ou terceiros 0,75

- c) A pé ou carroça 0,5
- d) Ônibus da educação 0

1.10 Possui plano de saúde

- a) Sim 0,5
- b) Não 0

1.11 Frequência que vai ao médico

- a) Mensal ou bimestral 1
- b) Trimestral 0,75
- c) Semestral 0,5
- d) Anual 0

1.12 No assentamento recebe atendimento médico

- a) Sim, por meio de visitas periódicas de médicos contratados pelo município. 1
- b) Sim, por meio de visitas periódicas por médicos contratados por outros órgãos. 0,8
- c) Sim, mas às vezes. 0,6
- d) Não, somente na cidade. 0,4
- e) Somos excluídos até na cidade. 0,2

1.13 Possuir benefícios na compra de remédios

- a) Sim 0,5
- b) Não 0

2) Índice de Renda e Produtividade (IRP): Para este índice foram avaliados dados associados a renda como renda mensal, crédito auferido e produtividade agrícola encontrada em cada família tais como:

2.1 Contribui com previdência social

- a) Associado 1
- b) Privado/Público 0,75
- c) Autônomo 0,50

d) Não Contribui 0,25

2.2 Jornada de trabalho

- a) Menos que 6 horas. 1
- b) 6 horas . 0,75
- c) 6,1 a 8 horas. 0,50
- d) Acima de 8 horas. 0,25

2.3 Destino da produção

- a) Consumo próprio e comercialização 0,67
- b) Comercialização 0,33
- c) Consumo próprio 0,17

2.4 Renda média mensal:

- a) Acima de 4 salários mínimos. 1
- b) 2,1 a 4 salários mínimos 0,75
- c) Entre 1 e 2 salários mínimos 0,50
- d) Abaixo de 1 salário mínimo. 0,25

2.5 Recebe algum auxílio renda

- a) Sim 0,50
- b) Não 0

3) Índice Meio ambiente (IMA): Para este indicador foram avaliados dados associados ao meio ambiente como questões sanitárias, preservação do solo e veredas tais como:

3.1 Sua residência possui banheiro?

- a) Sim 0,50
- b) Não 0

3.2 Possui descarga

- a) Sim 0,50

b) Não 0

3.3 Possui fossa

a) Sim 0,50

b) Não 0

3.4 Possui chuveiro elétrico

a) Sim 0,50

b) Não 0

3.5 Distância da plantação à vereda

a) Bem longe 1

b) Longe da vereda 0,66

c) No caixão da vereda 0,33

3.6 Utiliza a semente crioula?

a) Sim 0,50

b) Não 0

3.7 Sofre com a seca

a) Sim 0

b) Não 0,50

3.8 Realiza ou já realizou o sistema de barraquinhas.

a) Sim 0,50

b) Não 0

4) Índice Lazer e felicidade (ILF): Para este foram avaliados dados associados ao que os entrevistados consideram como indicadores de lazer da vida tais como:

4.1 Sua família costuma tirar um tempo de lazer juntos

a) Sim 0,50

b) Não 0

4.2 Venderia suas horas de lazer

- | | |
|--------|------|
| a) Sim | 0,50 |
| b) Não | 0 |

4.3 Prática de esportes

- | | |
|--------|------|
| a) Sim | 0,50 |
| b) Não | 0 |

4.4 Já foi a alguma feira cultural

- | | |
|--------|------|
| a) Sim | 0,50 |
| b) Não | 0 |

3.4.3. Pesos

Inicialmente foi feita uma pesquisa prévia (questionário teste) na qual se pôde obter uma relação de possíveis respostas às perguntas que se direcionavam ao objetivo do trabalho. De acordo com essas respostas, organizou-se o questionário considerando todas as possibilidades na tentativa de sempre obter uma resposta para cada questionamento feito. Além do mais, o questionário tinha uma característica diferenciada, pois aliados às alternativas de cada questionamento foram organizados graus de importância em relação ao bem-estar, essa organização é feita tomando um valor numérico para cada uma. Neste caso, a maior importância obtém um valor numérico mais alto do que a menor importância. Os pesos são então o resultado dessas avaliações, e assim, o grau de importância (valor numérico) que mais prevaleceu em cada alternativa era considerado o peso de cada uma delas para o cálculo dos índices parciais e o índice geral.

3.4.4. Software utilizado

Para o cálculo do IBER foi utilizado os recursos do EXCEL que proporcionou maior agilidade para a tabulação dos dados e para a média aritmética.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Pesquisa de campo

A realização deste trabalho decorre de motivações pessoais, sociais e científicas. No âmbito pessoal e social, o interesse pelo tema decorre de questionamentos relacionados ao impacto de políticas públicas ou ações públicas na vida dos seus beneficiados. Dessa maneira, propus-me a estudar o bem-estar de ser assentado, ou seja, quais as mudanças e a realidade presente em uma comunidade, a partir de políticas fundiárias e agrárias.

Para tal, necessitei primeiro escolher um lugar e justificar a escolha. Optei por realizar a pesquisa em Buritizeiro-MG.. Por ter estudado o processo de desenvolvimento econômico do município e conhecer algumas de suas especificidades e generalidade, eu tive somente que escolher dentre os quatro assentamentos existentes: Jatobá, Santa Helena, São Francisco e São Pedro das Gaitas. Após avaliar a história de cada um deles, escolhi estudar o assentamento São Francisco. Tal escolha se deu pelo fato de a história desse assentamento ser representativa de várias situações existentes na região norte mineira. Tratava-se de uma desapropriação em que as terras desapropriadas já eram moradia desses posseiros há anos. O que ocorreu fora uma regularização de propriedade.

Para a realização da pesquisa de campo, procurei pessoas que conheci as estradas e os moradores do Assentamento. Assim, fui a campo três vezes. A primeira, tratou-se de uma visita exploratória, pois apesar de estar indo a um lugar que quando criança, fui várias vezes, agora estava indo enquanto pesquisadora, com objetivos delimitados e questões a serem analisadas. Além do mais, estava sem mapa do local, quase não conhecia ninguém e para deslocar de um lote para outro muito tempo se gastava. Foram aplicados 10 (dez) questionários e muito cansaço! Mas, muitas surpresas! Naquele dia pude sentir cada necessidade de infraestrutura, educação, saúde, além de notar a falta de apoio por parte do município e de órgãos competentes. Apreciei culturas de produção, de contos e de modos de interpretar a vida. Ficava “pasma” com a felicidade em que viviam, quando ao meu olhar, a situação que alguns se encontravam, era precária quase humilhante.

Como boa parte da população é idosa, ver os velhinhos ainda trabalhando indignou-me e ao mesmo tempo fez com que mudasse minha visão de mundo, pois apesar do desgaste intensificado pela idade, ainda trabalhavam sem grandes queixas. Tinham o maior prazer em mostrar o que produziam e muita tristeza quando relatavam o quanto reduziram a produtividade logo que se tornaram assentados.

Em muitos momentos os pesquisados me interpretaram como algum representante do governo e a todo o tempo reclamavam da falta de apoio e demandavam coisas básicas como estradas melhores, melhor acesso à saúde, maneiras de fixarem seus filhos no local como a construção de quadras esportivas, acesso à computadores, entre outros. Mas o que me chamou à atenção foi que algumas famílias pesquisadas quando falavam do uso da água encanada ou do acesso à energia elétrica, não os atribuíam tanto valor. Embora não considerassem que a aquisição dos mesmos fosse algo supérfluo, não os valorizavam, porque sabiam que não podiam pagar pela luz elétrica e água encanada, dado que dispunham de poucos recursos financeiros.

Na segunda visita a campo fui mais preparada, pois tinha idéia mais clara do que encontraria, o que facilitou a coleta de dados, a ponto de concluir a aplicação dos questionários. Como os agricultores já estavam mais confiantes, as famílias mostraram suas plantações, contaram-me os problemas que estavam vivenciando por causa da convivência entre eles, queixaram de desajustes produtivos e relataram seus sonhos. Além disso, tive a oportunidade de conhecer a escola do Projeto e a Associação Gestora.

Já na terceira visita, era dia de uma reunião na Associação que havia sido marcada pela EMATER com intuito de dar um suporte técnico aos moradores. Fui com Orígenes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e também assentado, e como já me conheciam, os assentados me receberam muito bem e muitos me perguntaram a respeito da pesquisa. Quando a reunião se iniciou, foram apresentados alguns tópicos como a peste dos gafanhotos que estragavam as plantações, a importância em se preservar as encostas das veredas e a necessidade da regularização dos documentos referentes a situação rural.

Partindo desses temas, houve debates em que todos tiveram a oportunidade de dar sugestões, soluções e compromissos. Faz-se necessário destacar que os recursos apresentados por eles foram sempre de acordo com a realidade. A exemplo disso, foi a saída encontrada para minimização da peste dos gafanhotos a partir do aumento da criação de galinha d`angola (popular Cocás).

O processo de ordenamento territorial do Assentamento São Francisco dividiu a área em 29 lotes de aproximadamente 60ha cada um, sendo 28 famílias e uma área comunitária que possui uma escola, uma sala de reuniões e a fábrica de farinha.

Atualmente, apenas 27,27% dos assentados não utilizam seus produtos para revendê-los na cidade, sendo que, 72,72% responderam que destinam sua produção tanto para o consumo interno quanto para a comercialização. Quando isso é feito, os produtos são comercializados no município de Buritizeiro-MG, sendo então vendidos em feiras, supermercados ou para amigos na cidade.

Para muitos moradores, a aquisição da posse da terra a partir do processo de assentamento realizado pelo INCRA não representa um melhoria. Eles justificam tal fato considerando que a proibição do plantio nas áreas de preservação permanente ocorrida neste íterim, ocasionou uma redução significativa da produtividade de suas terras, afora que reclamaram também de não receberem apoio técnico para o melhor aproveitamento das mesmas.

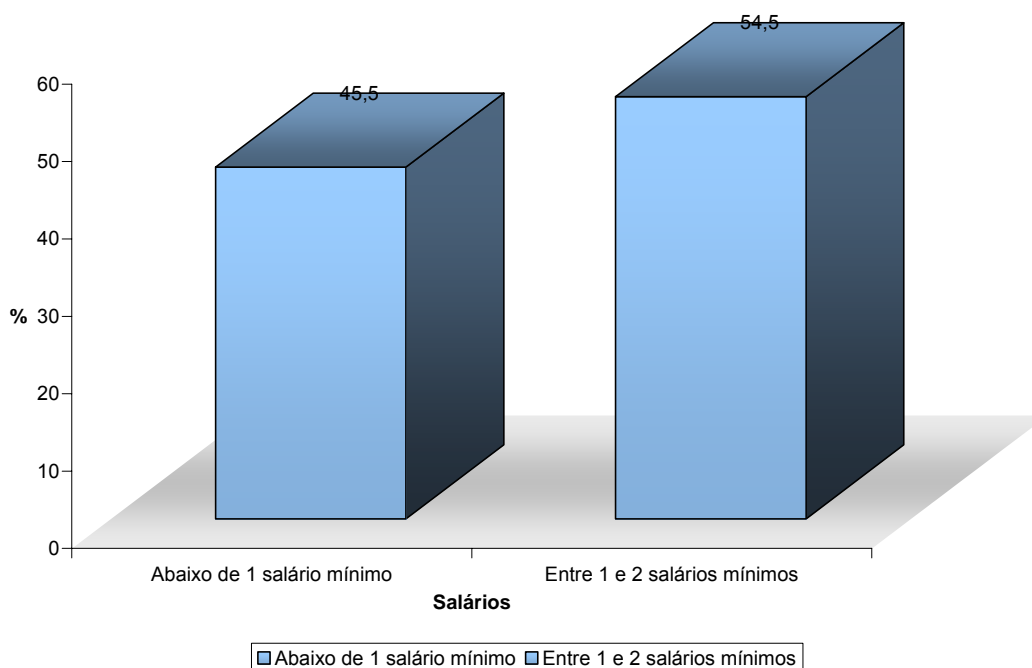
Além disso, foram concedidos créditos, tanto para produção quanto para infraestrutura. Entretanto, para muitos moradores o aproveitamento desses créditos foi pequeno, ora pelos desejos de consumo de produtos externos, ora pela falta de apoio técnico. Alguns entrevistados inclusive utilizavam a palavra “abandono” para caracterizarem as ações do INCRA naquela região.

Por outro lado, há os moradores que colocam a posse da terra como um fator positivo deste processo, pois de acordo com os mesmos, essa característica dá motivação e segurança para investirem na propriedade. Justificam essa opinião comparando os investimentos feitos por eles nos períodos antes e após a posse da terra. Assim, eles abordam que por saberem que a terra é de propriedade deles, eles têm mais vontade de plantar e de investir. Outro aspecto levantado por muitos deles, foi a falta de liberdade para venderem suas terras, essa reivindicação pode

refletir a insatisfação dos assentados em morarem naquele local, ou a insatisfação com as condicionalidades impostas pelo poder público.

4.2. Renda e Crédito

A renda média mensal das famílias do ASF varia entre R\$120,00 a R\$830,00 sendo que, de acordo com o Gráfico 3, aproximadamente 54,50% dos entrevistados responderam que têm uma renda de um a dois salários mínimos, enquanto que o restante (45,45%) recebe de R\$120,00 a um salário mínimo⁶.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

Figura 4 – Renda média mensal das famílias do Assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG no ano de 2009.

A renda de 54% desses agricultores é ampliada por programas de auxílio a renda como bolsa família com os benefícios variando de R\$30,00 a R\$122,00. Além disso, 36,36% das famílias recebem aposentadorias, indicador que revela quantidade significativa de moradores com idade mais avançada. A parcela da renda que é adquirida com a atividade agrícola é pequena sendo apenas para o

⁶ R\$415,00 até a data da entrevista.

suprimento de produtos de consumo básico e para aquisição daquilo que não é produzido no assentamento.

Quanto ao acesso ao crédito agrícola, todos os entrevistados responderam que conhecem os programas de crédito voltados à Agricultura Familiar, sendo que apenas um desses moradores nunca adquiriu nenhum crédito. O principal problema encontrado para a obtenção do recurso é a inadimplência, tendo em vista que 45,45% dos entrevistados responderam que esse é o maior problema (o restante, 54,55% não respondeu) e que este fora causado devido à dificuldade em se administrar o crédito e da falta de apoio técnico para produzir diante das novas restrições impostas pela legislação ambiental. Do crédito fornecido, 63,63% foi destinado a compra de máquinas, equipamentos, insumos e compra de defensivos agrícolas e gado.

O crédito rural que hoje em dia pode atender esses assentados é somente o PRONAF que devido ao alto índice de inadimplência do assentamento tem sido impossível de ser acessado. Tendo em vista que a capacidade de aquisição de crédito está sendo afetada por esse problema, a alternativa seria uma assistência técnica diferenciada e específica a cada agricultor capaz de levá-los a despende recursos próprios em função de um novo projeto produtivo de tal modo que possibilite a agregação da força de trabalho familiar com o retorno dos filhos do meio urbano para o assentamento (Palavras de Orígenes – Atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Buritizeiro).

4.3. Educação

Até o ano de 1999, a escola que atendia os filhos dos beneficiários da reforma agrária do atual ASF funcionava em uma casa de palha. Em 2000 foi construído o Centro Comunitário da Associação Gestora do Assentamento, e este, serviu até 2002 de sede da Escola. Porém, neste mesmo ano, a Prefeitura Municipal do Município de Buritizeiro construiu duas casas de alvenaria, a primeira servindo de moradia para a professora; e a segunda, para as instalações da escola, composta de 2 salas e uma cantina. Atualmente, na escola rural são atendidas turmas de 1ª à 4ª série do ensino fundamental, e devido ao número reduzido de alunos, somente

uma sala está sendo utilizada. A merenda escolar é considerada como muito importante e de ótima qualidade pelos moradores. Porém, no período da pesquisa, a observação feita pelos moradores era a de falha no abastecimento dos ingredientes para a merenda, que supostamente poderia ser devido ao processo de transição de administração do município devido as eleições ocorridas.

A prefeitura municipal contribui com a merenda escolar e com o transporte interno feito por uma kombi que busca as crianças em casa e retorna com as mesmas após o término das aulas. Para as outras crianças com séries mais avançadas, a Prefeitura oferece também um ônibus que os buscam de madrugada (5 h) nos pontos estabelecidos e os levam até as escolas do município de Buritizeiro no perímetro urbano.

Não existe na escola rural área de recreação para os alunos, e para as atividades de educação física, eles brincam em um campo de futebol (rústico, sem estrutura alguma, somente as traves do gol). Por isso, existe uma preocupação dos moradores do ASF em se construir um local propício para essas atividades, pois, além de ser mais adequado, pode ser um incentivo em manter seus filhos no assentamento, sem necessidade de mandá-los para a cidade.

Conforme Santana & Neto (2002) e alguns moradores, o ASF teve oportunidade de implantar Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, entretanto, a idéia não deu certo devido à baixa demanda dos moradores aliada às dificuldades de locomoção de suas residências até a sala de aula.

4.4. Meio Ambiente

O ASF possui uma reserva legal que corresponde a 26% da área total do Projeto mesmo com aproximadamente 569,72ha (SANTANA & NETO, 2002). As veredas existentes são definidas como área de preservação permanente, que é determinada como uma área a ser preservada, não podendo ser exploradas. Quando os atuais moradores passaram de posseiros a proprietários foram instruídos a seguirem as definições ambientais do INCRA, que se concernem em respeitar essa área de preservação não plantando nem fazendo pastagem no local. Devido a esse fato, quando perguntados se respeitam a área de preservação permanente,

54,54% dos entrevistados respondem que sim e 36,36% que não. É preocupante o fato de 36,36% dos agricultores não respeitarem as áreas de preservação permanentes, mesmo após as orientações do INCRA. Isto, revela, mais vez a falta de consciência ambiental entre os assentados, pois não respeitam a legislação e nem este patrimônio que pertence à sociedade como um todo. A forma de limpeza de solo mais utilizada por esses moradores é a capina (cerca de 72,72%), o restante (18,18%) não respondeu.

Outro fator que pode provocar a destruição das veredas é o destino do lixo doméstico. Neste caso, 72,72% dos entrevistados consideram que é muito importante dar-se um destino certo ao lixo doméstico, enquanto que apenas 9,09% não dão importância alguma a esse fato. Apesar disso, a pesquisa revelou que pouco se faz para que esse lixo tenha um destino correto tendo em vista que apenas 9,09% dos entrevistados separam o lixo para compostagem, enquanto que 18,18% apenas enterram o lixo; outros 18,18% acumulam ou queimam no quintal e 45,45% enterram, queimam ou acumulam no quintal. Positivamente, nenhum dos entrevistados respondeu que jogam diretamente seu lixo nos rios, córregos e/ou veredas.

Em relação à questão sanitária, cerca de 50% dos entrevistados responderam que possuem fossa em suas residências, desses, 63,63% possuem banheiro dentre os quais 54,54% possuem descarga. A questão sanitária ainda é precária, pois existem ainda outros 50% que não possuem fossa, ou seja, jogam seus rejeitos sanitários em quintais, rios ou veredas, além de uma outra parcela que mesmo possuindo fossa não tem banheiro ou descarga.

Em algumas regiões do norte e nordeste mineiro, devido ao clima seco e com pouca chuva, é muito freqüente em certas épocas do ano a carência de água para o consumo próprio, para os animais e para as plantas. Nessa situação, a seca torna-se um fator importante e de necessidade extrema de controle e preservação. No ASF a seca é uma realidade, mas que por meio de diversas formas (barraginhas, caixas d'água, etc) procura-se minimizar tal problema. Neste sentido, quando perguntados se são atingidos pela seca, 54,54% dos entrevistados responderam que sim, enquanto que 27,27% respondem que não, dentre os primeiros, a maior parte diz que a perdas maiores acontecem nas plantações e para os animais.

Como forma de evitar a erosão e amenizar a seca, são construídas barraginhas para acumular água. Essa alternativa é utilizada por 45,45% dos entrevistados, enquanto que 36,36% afirmam que não realizam tal sistema, e aproximadamente 9,09% não responderam a tal questionamento.

4.5. Saúde

Em termos de saúde, a infra-estrutura mais próxima encontrada são as farmácias, PSF'S ou hospitais da sede do município de Buritizeiro. Mas a maioria, cerca de 54,54% dos entrevistados, admitem que quando ficam doentes, primeiramente se auto-medicam (drogas químicas ou chás de ervas), o que pode figurar que os entrevistados possivelmente só procuram o médico quando a situação não é resolvida por meio desses métodos.

Além disso, outro problema que se apresenta como interveniente neste cenário é o fato de não possuir posto de saúde, farmácia ou ambulância disponível no assentamento. Conforme os Assentados, quando precisam se tratar, necessitam ir ao hospital ou posto de saúde da cidade. Para se deslocarem, tendo em vista qualquer eventualidade de saúde, utilizam veículos próprios, de terceiros, ou mesmo pedem carona no ônibus escolar cedido pela Prefeitura (petição contra o regulamento da Prefeitura).

Quando perguntados da regularidade que freqüentam o médico, 18,18% dos entrevistados respondem que vão mensalmente ou bimestralmente, 18,18% trimestralmente, 9,09% semestralmente, e, 36,36% anualmente. Apesar desses dados, 100% consideram que seria muito importante que fossem beneficiados com visitas periódicas de médicos no local. Pode-se relacionar essa contradição às dificuldades encontradas pelos moradores rurais em se deslocarem da área rural e para conseguirem um atendimento prioritário.

Apesar de muitos adquirirem remédios em postos de saúde do município e de comprarem a preços mais baixos na farmácia popular do Brasil, todos responderam que o fato de serem Assentados ou mesmo trabalhadores rurais não contribui para a aquisição de descontos nos preços dos remédios em farmácias comerciais.

As principais doenças adquiridas são desequilíbrios de pressão arterial, cardiopatias graves, verminoses e devido aos grandes esforços físicos provenientes do trabalho agrícola, muitos queixam de problema de coluna. Entre as principais doenças de causas de morte estão cardiopatias graves e cirrose. Sendo que só houve quatro óbitos no P.A.S.F.

4.6. Prazeres com a vida

Outro aspecto do Bem-Estar e da ampliação das capacidades (liberdades), diz respeito a questões mais subjetivas como cultura, lazer e “felicidade”, sendo esta a mais subjetiva e difícil de mensurar, uma vez que não se trata de um conceito unívoco e que pode variar de pessoa para pessoa.

No que se refere às atividades de lazer, percebeu-se que existe entre esses assentados, pouco conhecimento das atividades de incentivo a prática de esportes, cultura e lazer desenvolvido no município de Buritizeiro. Entretanto, muitos entrevistados criticam a falta de atrativos no assentamento para que as crianças e jovens assentadas desejem continuar no local. Os entrevistados reclamam da necessidade de se ter acesso a facilidades básicas como *internet* e atividades esportivas, pois na cidade os filhos são atraídos por esses progressos pressionando os pais a deixá-los nos centros urbanos com familiares ou amigos. Essa situação não é interessante para esses pais e mães agricultores, pois além de privá-los da oportunidade de eles mesmos educarem os filhos, dificulta educá-los na cultura do campo.

O lazer para os moradores do ASF é relacionado à execução de atividades simples como descansar em casa, ir a um córrego, à casa de um vizinho bater papo, jogar bola, pescar e ler a bíblia. Segundo eles, já vivem em situações de restrição financeira o que os impedem de realizar atividades que necessitam despender de grandes gastos. Apesar disso, 54,54% consideram como muito importante o momento de lazer. Isso é enfatizado pelo grande percentual dos entrevistados (63,63%) que responderam que não venderiam sua hora de lazer, ou seja, não renunciariam este momento em troca de um trabalho bem remunerado.

Quando perguntados a respeito de o que os deixa mais satisfeitos, as respostas foram bem variadas desde ter maior renda, liberdade, comprar, atender as necessidades básicas até a realização de um sonho. Sendo esta última resposta a que mais prevaleceu entre os entrevistados, o que pode inferir que ainda existe a esperança de dias melhores por esses moradores. Mais ainda, pode ser que eles relacionam essa melhoria a um fato fora de suas capacidades, ou seja, que é um “sonho”, como todas as pessoas querem dizer de uma coisa que é o grande desejo, mas que é muito difícil de conseguir, mesmo assim, ainda acreditam que podem realizar.

4.7. Resultado e discussão do modelo operacional índice de Bem-Estar

O Índice de Bem-estar é desenvolvido a partir da média aritmética de quatro sub-índices: Índice de Infra estrutura, Renda e Produtividade, Meio Ambiente e Prazeres com a Vida. Cada um deles deve se classificar em um intervalo entre 0 e 1, e, levando em consideração seus devidos pesos, quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho do indicador. Assim, abaixo é apresentado cada um dos índices parciais obtidos com a pesquisa.

4.7.1. Índice de Infra-estrutura do Assentamento São Francisco

Na composição do índice INFRA do Assentamento estudado, Tabela 2, nota-se que seis dos indicadores utilizados para tal cômputo responderam como de baixo nível de bem-estar. Enquanto apenas dois correspondem a um nível médio, cinco se enquadram em um alto nível de bem-estar. Neste caso, enquadram como satisfatórios o acesso à energia, à água, à moradia e à escola. Entretanto, este último, refere-se apenas à oportunidade de estudo enquanto que em relação ao fator distância o indicador não responde tão positivamente tendo em vista que é de médio nível, ou seja, eles têm acesso à escola, mas as condições de adquirir tal recurso não são supridas adequadamente.

Além disso, a grande maioria dos indicadores de saúde enquadrados neste índice, impactaram negativamente no INFRA, pois se mostraram como de baixo

nível. Ou seja, em termos de atendimento médico, infra-estrutura instalada e custeio de remédios, os moradores do P.A.S.F. podem ser considerados como necessitados de uma política mais eficiente e progressista. Logo, como o INFRA obteve um resultado médio (0,59) em relação ao bem-estar, pode-se compreender que os fatores predominantes no nível de satisfação dos produtores podem ser avaliados como ainda carentes de atendimento.

Tabela 2 – Participação econômica e critério dos indicadores de infra-estrutura no cômputo do INFRA do assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG

Assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG		
Indicadores	Valor Absoluto	Critério
1 ⁷	1	Alto
2 ⁸	1	Alto
3 ⁹	1	Alto
4 ¹⁰	1	Alto
5 ¹¹	0,26	Baixo
6 ¹²	1	Alto
7 ¹³	0,77	Médio
8 ¹⁴	0	Baixo
9 ¹⁵	0,6	Médio
10 ¹⁶	0,1	Baixo
11 ¹⁷	0,41	Baixo
12 ¹⁸	0,37	Baixo
13 ¹⁹	0,27	Baixo
INFRA	0,59	Médio

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo.

⁷ Possui moradia?

⁸ Tipo de Moradia

⁹ Possui energia?

¹⁰ Possui água?

¹¹ Tipo de água disponível

¹² Acesso à escola

¹³ Escola mais próxima

¹⁴ Em termos de saúde, qual a infra-estrutura encontrada mais próxima?

¹⁵ Forma de deslocar supondo qualquer eventualidade de saúde.

¹⁶ Possui plano de saúde?

¹⁷ Frequência que vai ao médico

¹⁸ No assentamento recebe atendimento médico?

¹⁹ Possui benefícios na compra de remédios?

4.7.2. Índice de Renda e Produtividade (IRP) do Assentamento São Francisco

O IRP é composto apenas por indicadores que respondem a médios ou baixo nível de satisfação dos assentados. Nesse caso, entraram como participantes do cômputo do IRP diagnósticos de renda como aposentadorias que por sua vez se relaciona com o capital social e a força política da associação comunitária do Assentamento, tendo em vista que é diagnosticada também pela forma de contribuição (assentado, privado, autônomo, não contribui). Esse indicador obteve uma participação média (0,58) no BES dos agricultores estudados.

A jornada de trabalho, definida também como de média contribuição ao bem-estar, foi avaliada neste Índice já que os agricultores a relacionavam como um fator importante à sua produtividade e conseqüentemente à rentabilidade.

No que se refere ao escoamento da produção do P.A.S.F. , que responde às rendas adquiridas no processo produtivo agrícola, é um critério considerado como de baixo nível (0,15). Desta maneira, o que se percebe é que o indicador que deveria ter uma maior participação, tendo como anseio o desenvolvimento sustentado do assentamento, obteve uma representatividade negativa sugerindo que ou há pouca produção (produtividade), ou falta apoio operacional para a venda dos produtos, e até mesmo pode relacionar à idade avançada da grande maioria dos moradores. Mesmo assim, o indicador de renda média classificou-se como médio (0,54). Esse fato pode ser respondido pela grande quantidade de aposentadorias e recursos de auxílio renda e rendas não-agrícolas recebidas pelos moradores.

Tabela 3 – Participação econômica e critério dos indicadores de renda no cômputo do IRP do assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG

Assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG		
Indicadores	Valor Absoluto	Critério
1 ²⁰	0,58	Médio
2 ²¹	0,73	Médio
3 ²²	0,15	Baixo
4 ²³	0,54	Médio
IRP	0,50	Médio

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo.

4.7.3. Índice de Meio Ambiente (IMA) do Assentamento São Francisco

Ao analisar a participação dos indicadores de meio-ambiente no bem-estar, verificou-se que nenhum deles caracteriza-se como de alto bem-estar, tendo como valores baixos as respostas ligadas a questões sanitárias como a existência de banheiro, chuveiro elétrico e descarga nas residências.

Além disso, a pesquisa mostrou que mesmo relatando que conhecem a necessidade de se respeitar a área de preservação permanente, os agricultores em questão revelaram um baixo nível de bem-estar no que se refere a preservação dessa área.

Outro fator de nível baixo e que é preponderante para esse índice são as conseqüências da seca, que interferem na conservação do solo e águas e que, conseqüentemente, causam prejuízos a condições de plantio, alimentação do gado e, desta maneira, condições de sustentabilidade do público pesquisado. Porém, observou-se pouco emprego de alternativas como a construção de pequenas barragens e a utilização da semente crioula para a solução de tais problemas, inferindo negativamente no cômputo do índice geral.

²⁰ Contribui com a previdência social?

²¹ Jornada de trabalho (tempo)

²² Destino da produção

²³ Destino da produção

Tabela 4 – Participação econômica e critério dos indicadores de meio-ambiente no cômputo do IMA do assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG

Assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG		
Indicadores	Valor Absoluto	Critério
1 ²⁴	0,30	Baixo
2 ²⁵	0,25	Baixo
3 ²⁶	0,60	Médio
4 ²⁷	0,40	Baixo
5 ²⁸	0,44	Baixo
6 ²⁹	0,75	Médio
7 ³⁰	0,33	Baixo
8 ³¹	0,55	Médio
IMA	0,45	Baixo

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo.

4.7.4. Índice Prazeres com a vida do Assentamento São Francisco

Para esse índice foram avaliados dados associados ao lazer familiar, importância dada ao lazer, prática de esportes e participação em eventos culturais. Nesse caso, os resultados obtidos mostraram que as famílias estudadas possuem um alto índice se observados pelo critério de praticarem ações em família que lhe conferem uma satisfação de lazer.

Além disso, os dados também apresentaram um reflexo do valor dado ao lazer. Neste caso, adotando o mesmo como um peso maior, os assentados obtiveram um médio bem-estar, pois algumas pessoas estariam dispostas a abdicar do deleite deste benefício em troca de adquirir um benefício monetário oriundo do trabalho realizado no horário que seria destinado ao lazer, ou seja, quando

²⁴ Sua residência possui banheiro?

²⁵ Possui descarga?

²⁶ Possui fossa?

²⁷ Possui chuveiro elétrico?

²⁸ Distância da plantação à vereda

²⁹ Utiliza a semente crioula?

³⁰ Sofre com a seca?

³¹ Realiza ou já realizou o sistema de barraginhas?

perguntados se deixariam de obter aquele momento de lazer em troca de realizarem alguma atividade que possibilitasse a eles uma renda, muitos responderam que sim.

A prática de esportes não é realizada por todos no assentamento impactando em um resultado de nível médio. No agregado, esse índice IPV obteve um médio desempenho o que deduz que ainda há um fraco desempenho das variáveis que explicam tal índice.

Tabela 5 - Participação econômica e critério dos indicadores de lazer e felicidade no cômputo do IPV do assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG

Assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG		
Indicadores	Valor Absoluto	Critério
1 ³²	0,88	Alto
2 ³³	0,77	Médio
3 ³⁴	0,50	Médio
4 ³⁵	0,22	Baixo
IPV	0,60	Médio

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo.

Portanto, cada um desses sub-índices anexados ao cômputo do IBES contribuiu, por meio do desempenho de suas variáveis, para a avaliação do bem-estar dos agricultores do P.A.S.F. Logo, os resultados de médio nível para todos os sub-índices, exceto para o IMA, que obteve uma contribuição de baixo nível, proporcionaram uma avaliação baixa para o IBES do Assentamento em estudo. Nessa análise, as características avaliadas com relação à renda, produtividade, cenário de preservação ambiental foram os grandes responsáveis. Enquanto que em relação à manutenção de infra-estruturas básicas como moradia, água, energia, escola e saúde, mesmo que ainda insuficientes, essas obtiveram um desempenho mais adequado.

³² Sua família costuma dedicar um tempo de lazer em comum?

³³ Venderia suas horas de lazer?

³⁴ Algum membro da família pratica esportes?

³⁵ Já foi à alguma feira cultural?

Tabela 6 – Índice de Bem-estar Econômico e Social do Assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG

Assentamento São Francisco em Buritizeiro-MG		
Indicador	Valor Absoluto	Critério
INFRA	0,60	Médio
IRP	0,50	Médio
IMA	0,45	Baixo
ILF	0,59	Médio
IBES	0,53	Médio

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo.

Embora dois dos índices (INFRA e ILF) estejam levemente superior ao limite mínimo do nível considerado “médio”, um encontra-se abaixo (IMA) e outro bem na fronteira entre o baixo e o médio (IRP), o que resulta num índice geral com valor considerado médio na escala de 0 a 1. Portanto, o índice geral do Bem-estar dos assentados é o reflexo do fraco dinamismo econômico e social dos mesmos identificado principalmente pela baixa produtividade e pela falta de conhecimento técnico para o manejo agrícola em meio a esse tipo de bioma.

5. CONCLUSÃO

A evolução histórica dos trabalhadores rurais brasileiros é marcada por circunstâncias referenciadas na luta pela terra, que é altamente concentrada desde o período colonial. Dessa maneira, quando percebida as importâncias da questão agrária e fundiária para o desenvolvimento econômico, alternativas foram criadas com intuito de que a atividade agrícola deixasse de ser um problema social e se tornasse um indicador de progresso.

No Assentamento São Francisco, a luta pela terra foi justamente influenciada por essas transformações, pois a mesma partiu de demandas por mudanças na estrutura fundiária feitas pelos trabalhadores que permaneceram nas terras após o advento das agroindústrias da década de 1970. Nesse caso, a batalha foi vencida, mas com ela não veio o bem-estar.

Ao longo deste trabalho, procurou-se estudar exatamente isso, e através da pesquisa de campo, representada por um índice de bem-estar e por análises descritivas, realizou-se um estudo econômico e social do Assentamento para que nele fosse avaliado o grau de satisfação das famílias do mesmo, dando suporte às possíveis políticas públicas mitigadoras das mazelas e promotoras do bem-estar do meio rural.

Assim, na pesquisa de campo foram observadas características essenciais de qualidade de vida que serviram para o cômputo de índices parciais (sub-índices), que refletem perfis específicos das famílias assentadas. Em seguida, esses foram agrupados em um índice geral correspondente ao nível de bem-estar encontrado no local.

Nesse caso, os índices têm uma inspiração na teoria de Sen que buscava uma medida simples para proceder comparações entre as condições de vida; bem como nas abordagens relacionadas as *realizações, igualdade de oportunidade* e as

teorias que concebem à felicidade como uma *proxy* do bem-estar. O Índice é importante porque ele permite uma visão quantitativa das necessidades do local vislumbrando os limites dados para a obtenção de um nível de qualidade de vida mais elevado que o anterior. Todavia, deve ser utilizado com moderação tendo-se em vista que há outros aspectos específicos que o índice não mensura e que para o Assentamento é muito significativo. A esse despeito, o exercício de cálculo se justifica por comprovar os dados apresentados pela análise descritiva e por quantificar as demandas.

Dessa forma, observou-se que os resultados obtidos no primeiro sub-índice, Infra-estrutura (INFRA), apresentaram um médio desempenho, com um valor absoluto de 0,59 relacionado positivamente a indicadores ligados a infra-estrutura instalada para o fornecimento de água, energia, moradia, aspectos educacionais e, negativamente, a dados inerentes a saúde.

Entretanto, os que responderam positivamente não foram completamente atendidos, apresentando ainda algumas demandas. Existe, por exemplo, oferta de energia elétrica e água encanada, mas, a pesquisa de campo mostrou que apesar de gerar aos agricultores um maior nível de bem-estar, esses fatores não respondem tão satisfatoriamente como deveriam, pois a contrapartida financeira para o uso desses benefícios tem maior peso nos níveis de bem-estar dos assentados. Portanto, muitos entrevistados responderam na pesquisa de campo que não utilizam tanto desses recursos dado que não têm como sustentar os custos destes serviços.

Além do mais, o indicador parcial educacional, essencial referência de sustentabilidade e desenvolvimento e de maior representatividade no IDH do município, apresentou um médio desempenho, pois as condições oferecidas são ainda insuficientes, evidenciando a necessidade de uma solução mais satisfatória baseada nas demandas das famílias pesquisadas. Neste campo, as entrevistas feitas na pesquisa de campo mostraram que são almejados: uma quadra de esportes (ou pelo menos um parquinho para as crianças menores), sala de computadores, biblioteca dentre outros. Tudo isso, para essas famílias pesquisadas, é importante não só para que tenham um maior nível de satisfação no que tange a educação, mas também para satisfazê-los em outro aspecto, que é o de atrair as crianças e adolescentes para o meio rural de forma a proporcionar aos pais a

chance de criar seus filhos mais próximos de seus próprios ensinamentos e da cultura rural. Enfim, reivindicam condições para manterem os filhos no campo evitando o êxodo rural típico do Brasil.

Ao passo que os dados informados sobre as condições da saúde obtiveram um resultado negativo devido à falha em fatores como atendimento médico periódico e a definição de um local no meio rural específico para pré-atendimentos em casos de emergência ou de consultas.

O Índice de Renda e Produtividade (IRP) caracterizou-se por representar os meios de financiamento dos agricultores e é de extrema relevância dado que compõe o PIB agrícola que por sua vez é o setor mais significativo no PIB de Buritizeiro. Neste caso, enquadram-se questões como obtenção de rendas agrícolas e não-agrícolas. Esse índice, corroborando com o desempenho do IDH renda municipal, avaliou os assentados com um médio nível de bem-estar, valor a ser analisado dado que se encontra no limite superior do baixo e no limite inferior do mediano nível.

Considerando que grande parte da população do local em estudo é idosa; que boa parte da renda adquirida pelos moradores é advinda de rendas não-agrícolas e que esses agricultores, em sua grande maioria, se encontram inadimplentes com créditos rurais como o Pronaf, pode-se inferir que esse resultado, em parte, é proveniente de rendas obtidas com Programas de auxílio à renda como bolsa família e aposentadorias (muitas delas adquiridas por meio da condição de idade não de tempo de contribuição), que na verdade não podem ser consideradas como suficientes ao sustento de uma família. Esses aspectos justificam tal posição no índice.

O baixo Índice de Meio Ambiente (IMA) não é uma consequência do pouco conhecimento da necessidade de se preservar o ambiente em que vivem, mas, da dificuldade de se enquadrarem as normas impostas pela legislação ambiental devido a escassez de recursos para investimentos em agricultura intensiva ou irrigação. Além disso, esse resultado também está relacionado ao potencial econômico e a carência de assistência técnica. Isso porque os agricultores associam a obediência dessas normas ambientais à redução de produtividade e ao recurso financeiro necessário para a realização de investimentos em irrigação, aspectos sanitários e alternativas para a resolução de problemas com a seca.

O valor do Índice “Prazeres com a vida” (IPV) respondeu a um médio desempenho no BES. Nesse sub-índice, estão abordados indicadores relacionados aos prazeres com a vida, que os entrevistados valorizam, além de questões fundamentais como a prática de esportes, participação em feiras culturais e a dedicação de um tempo ao lazer. Dessa maneira, a pesquisa tentou levar em consideração essa parte específica dos assentados. Para tal, primeiramente, foram avaliados os fatores que deixam os pesquisados mais satisfeitos, e, em seguida, foi feita a escolha das perguntas chaves para o cômputo do IPV.

Como resultado, esse índice valorizou aspectos simples e essenciais para os assentados como: ler a bíblia, ir a um córrego nadar ou pescar, praticar esportes e ir a feiras culturais dentre outros. Portanto, o médio desempenho pode significar que nem todos valorizam esse tempo dedicado ao lazer, privando por conta própria desse proveito. Ou mesmo, pode induzir-nos a interpretar que eles trocam esse momento por trabalho, em decorrência da necessidade em se auferir maiores rendas.

Dadas essas observações e tendo como base às abordagens teóricas do bem-estar que valorizam a *igualdade de oportunidade, realização e liberdade*, verifica-se no Assentamento, falhas no desempenho dessas atribuições impedindo que nessa comunidade a sustentabilidade seja alcançada.

Neste sentido, na crítica feita sob a ótica da igualdade de oportunidade, é bem nítida que devem ser analisadas quais são as verdadeiras oportunidades que esses assentados tanto demandam e/ou demandavam e o que é efetivamente oferecido. É necessário abordar que existem interesses comunitários, mas fatores como escolaridade, poder político, o desestímulo causado pela idade avançada e a falha no apoio técnico, torna-os diferenciados em termos de oportunidade.

As entrevistas revelaram maiores demandas em questões básicas para a manutenção de uma vida mais tranqüila. Desejam aumentar a produtividade nas atividades agrícolas para promover a sustentabilidade, e as conseqüências advindas disso. Almejam também saúde e melhores condições para manterem seus filhos no assentamento. Para tal, as oportunidades oferecidas nem sempre são iguais a todos os atores envolvidos e um dos motivos é a desigualdade de renda e o fraco capital social.

Entretanto, quando comparadas as ofertas com as demandas, compreende-se que, oferecer igualdade de oportunidades não é somente promover subsídios, mas é também dar o apoio necessário para que estes sejam bem aproveitados. É buscar alternativas de permanência dos filhos dessas famílias no meio rural através de uma oferta de recurso mais ampla como a criação de cursos técnicos voltados para essa área e apoio aos jovens para demandarem créditos voltados a sua categoria.

Do lado produtivo, atribui também a necessidade em promover um relacionamento mais estreito entre o assentamento com agentes promotores de assistência técnica e com comerciantes da região. Para o quesito “prazeres com a vida”, é crucial a construção de uma área de esportes no assentamento, de uma capela de oração, convites à participação de feiras culturais dentre outros.

Na análise do bem-estar, embasada pela idéia de *realização*, compreende-se que há progressos nos campos da saúde, educação, moradia, “prazeres com a vida” e meio-ambiente. No entanto, diante das demandas feitas pelos entrevistados e até mesmo pelos resultados obtidos a partir dos índices parciais, percebe-se que ainda falta muito a se fazer para que os assentados alcancem um estado de *realização*, que pode ser de fato considerada eficiente.

Outro aspecto que também deve ser abordado é o bem-estar sob a ótica de *liberdade* partindo das conseqüências geradas pelo ordenamento fundiário. Dessa maneira, de acordo com a pesquisa, os antigos posseiros mostraram que a posse da terra proporcionou-lhes a liberdade e estabilidade para produzirem, pois para eles a ausência de propriedade da terra inibia o plantio, já que a qualquer hora poderiam sair das terras perdendo todo o investimento feito.

Por outro lado, eles ainda enfrentam a privação da liberdade causada pela carência de renda que impede que os assentados tenham ampla escolha na aquisição de um bem ou de um serviço. Além do mais, devido à legislação ambiental, imposta após tornarem-se assentados, os agricultores se viram obrigados a respeitar as áreas de preservação limitando-os em termos de utilização de terras mais férteis.

Portanto, tendo em vista todas essas inferências e a realidade encontrada no Assentamento nota-se claramente os motivos pelos quais resultaram no cômputo de um médio Índice de Bem-estar Econômico e Social (0,53). Sendo assim, muitos

devem ser os Projetos de apoio ao meio rural os quais podem vir de iniciativas dos próprios beneficiados, do Sindicato dos Trabalhadores, da Prefeitura Municipal e de outros órgãos competentes iniciando a dinâmica do desenvolvimento local.

Para tal, é preciso desempenhar várias ações com um objetivo comum, em que todos compartilhem e também ganhem. Nesse sentido, como sugestão a essa necessidade, pode-se criar uma comissão formada pela Associação Gestora do Assentamento São Francisco juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com a Prefeitura municipal, com intuito de canalizar a exposição dos produtos e artesanatos dos moradores do ASF em feiras culturais, resultando na aquisição maiores recursos e motivação a outras atividades promotoras de satisfação pessoal.

Além do mais, no campo da saúde tem-se a necessidade de ser construído no município um PSF rural o qual deverá atender somente as comunidades rurais, dando apoio igualitário aos atendidos com transporte e alojamento. Aliada a essa infra-estrutura, cada comunidade rural demanda de uma pequena farmácia rural pública e um telefone para o caso de emergência.

Na educação, deve-se construir salas de multimídia com computadores servindo tanto para uma amplitude do trabalho realizado pelo professor como para a manutenção dos filhos dos assentados no meio rural. Lembrando que deverá ser oferecido também suporte de manutenção para esse recurso tecnológico. Uma área de esportes e lazer compatível com os anseios da comunidade, biblioteca ampla e cursos técnicos voltados para as atividades rurais.

Portanto, estão apresentadas algumas sugestões específicas ao Assentamento São Francisco, mas muito mais pode ser feito. Logo, trabalhos diagnosticando todas as comunidades rurais do município, podem ser elaborados com um foco multidisciplinar e propostas mais eficientes tendo em vista um conhecimento mais específico do meio rural do município. Além do mais, a pesquisa serve também para dar um suporte a possíveis políticas públicas rurais promovidas pelos órgãos governamentais ou terceiro setor visando a promoção do desenvolvimento local, dado que o melhor desempenho econômico desses agricultores pode gerar um efeito multiplicador à economia do município.

Seria interessante também a elaboração de novos trabalhos focando alguns aspectos sócio-econômicos e bem-estar a partir de uma análise ex-ante e ex-post captado por meio de pesquisas em momentos diferentes e com isso construir a

evolução intertemporal do bem-estar. Ou mesmo estudar quais os indicadores que mais geram desigualdade em um conceito específico de bem-estar.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Acesso em: <http://www.pnud.org.br>.

BAGGIO FILHO, Hernando . **O Município de Buritizeiro e a Questão do Pinus e Eucalipto: Implicações do seu Plantio Homogêneo Generalizado no Meio Ambiente Físico, Biológico e Sócio-Econômico.** In: Luciene Rodrigues ; Cláudia Maia. (Org.). Cerrado em Perspectiva(s). 1ª ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2003, v. 1, p. 27-90.

BARRETO, R. C. S. ; LIMA, P. V. P. S. ; KHAN, A. S. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília-DF, v. 43, n. 02, p. 225-247, 2005.

BOUERI, R.B; LIMA, M.V.M.(2009). **Aplicação de funções de distância para o cálculo de índices de bem-estar e a evolução do índice de desenvolvimento humano (IDH) para os estados brasileiros.** IPEA. Texto para discussão nº 1401. Rio de Janeiro.

CANDIDO, Antonio. (1964). **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro, José Olympio Editora(Coleção Documentos Brasileiros).

DIAMOND, P.A. **Cardinal Welfare, Individualistic Ethics, and Interpersonal Comparison of Utility Comment.** The Journal of Political Economy, Vol. 75, No. 5 (Oct; 1967),pp.765-766. Published by: The University of Chicago Press.

EHLERSY L. & STORCKENZ T. **Arrow's Theorem for one-dimensional single peaked preferences.** Maastricht research school of Economics of Technology and Organizations Universiteit Maastricht Faculty of Economics and Business Administration. February 2002 (revised march 2007).

FEITOSA, A.M.A. **A luta pela terra no norte de Minas e o processo de territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST: o estudo da brigada Camilo Torres.** 2008.135p. Dissertação (Mestrado em Geografia: Geografia e Gestão do território). Universidade Federal de Uberlândia, , Uberlândia, MG, 2008.

FEITOSA, A.M.; BARBOSA, R.S. **A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais.** In FEITOSA, A.M.A. ZUBA; J.A.G. JUNIOR, J.C. Debaixo da Lona – tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

FERNANDES, C.H. **Priorização de projetos hidrelétricos sob a ótica social – um estudo de caso utilizando análise custo/benefício e uma metodologia multicritério de apoio à decisão – “MACBETH”.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Florianópolis: UFSC, 1996. Disponível em: www.eps.ufsc.br/disserta97/fernandes. Acesso em: 23 de out. 2008.

FIGUEIREDO, Erik A. de . **O impacto da mobilidade de renda sobre o bem-estar econômico no Brasil.** Revista de Economia Aplicada, 2009.

FIQUER, J.T. **Bem-estar subjetivo: influência de variáveis pessoais e situacionais em auto-relato de afeto positivo e negativo.** Universidade de São Paulo / Instituto de Psicologia. Dissertação, 2006.

FLEMING, M. **A Cardinal Concept of Welfare.** The Quartely Journal of Economics, Vol.66, No. 3 (Aug. 1952), p.p. 366-384. The MIT Press.

GIACONOMI, H. **Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade da vida.** Universidade Federal de Santa Catarina. Temas em psicologia da SBP – 2004, vol.12 n.1 43-50.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia [Pres. Prudente]) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

GRAZIANO, L.D. **A felicidade revisitada: um estudo sobre o bem-estar subjetivo na visão da psicologia positiva.** Universidade de São Paulo. Tese, 2005.

IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso: desde 04/10/08.

INSFRÁN, F.F.N. **Lócus de Controle e Bem-Estar subjetivo em estudantes de um pré-vestibular comunitário: contribuições da psicologia humanista e da pedagogia progressista.** UFRJ. Instituto de Psicologia. RJ, 2004.

KAGEYAMA, A.; REHDER, P. **O bem-estar rural no Brasil na década de 80.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília-DF, v-31, n. 1, p. 23-44, jan./mar.1993.

MEDEIROS, L.S. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ E UNRISD, 2002).

MCGILLIVRAY, M.; CLARKE, M. *Understanding human well-being.* New York: United Nations University Press, 2006.

NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro/** coordenadores Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros...[et al.]. – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004. 392p. ; - (Estudos NEAD; nº.6).

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1979.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça.** Trad. Almiro Pisetta e Lenita Esteves. São Paulo: Martins,2002.

RYAN, R.M. E DECI, E.L. (2001). **On Happiness and human potentials: a review of research on hedonic and eudaimonic well-being.** Annual Review of psychology, 52:141-166.

SEN, Amartya. **Personal Utilities and Public Judgements: Or What's Wrong With Welfare Economics.** The Economic Journal, Vol. 89, No. 355 (Sep., 1979), pp. 537-558 Published by: Blackwell Publishing for the Royal Economic Society

SEM, Amartya. **“Capability and Well-Being,”** in *The Quality of Life*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Projeto grande Sertão Veredas: diagnóstico Econômico do Município de Buritizeiro-MG.** (2001).

STÉDILE, JOÃO PEDRO. **A questão agrária no Brasil.** Coordenação: Wanderley Loconte. São Paulo: Atual, 1997.

SANTANA, R. M. ; FERREIRA NETO, J. A. . **Aplicação de Sistemas de Informações Geográficas, Cartografia Básica Ajustamento de dados Cartográficos, Confecção de Base Cartográfica Digital, Georreferenciamento de Imagens de Satélite, Projeto Básico de Parcelamento. Assentamento: São Francisco - Buritizeiro - MG.** 2002. (Implantação e Regularização de Assentamentos Rurais.).

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WOLFE, A.B. **On the Content of Welfare.** The American Economic Review. Vol. 21. Nº 2 (jun. 1931); pp. 207-221.

ANEXO I – INSTRUMENTO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

FORMULÁRIO

CÓDIGO _____

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO _____

Meu nome é Nayana Rosa Freire. Sou acadêmica do mestrado em Economia na Universidade Federal de Viçosa e estou realizando uma pesquisa, cuja finalidade é construir uma medida de bem-estar para os assentados beneficiados pelo Pronaf do município de Buritizeiro por meio do estudo de caso do assentamento São Francisco. Você não será identificado neste questionário e todas as informações fornecidas serão confidenciais.

DADOS GERAIS DA FAMÍLIA

1) Quantas pessoas pertencem à sua família? _____

2) Composição familiar:

a) () mulheres

b) () homens

c) () crianças

OBS: Preencher a tabela com membros do responsável pela exploração/gestão que trabalham ou vivem na propriedade.

PARENTESCO CHEFE CÔNJUGE FILHO(A) PAI/MÃE SOGRO/SOGRA NETO AGREGADO(S) IRMÃO(A) OUTRO(S)	SEXO 1- M 2- F	GRAU DE ESCOLARIDADE 1º GRAU (FUND); 2º GRAU (MÉDIO) SUPERIOR; SUPLETIVO 1º GRAU; SUPLETIVO 2º GRAU; ALFABETIZAÇÃO ADULTOS; PRÉ-ESCOLA/CRECHE; ANALFABETO	ESCOLARIDADE COMPLETO INCOMPLETO	TRABALHA PRODUÇÃO AGRÍCOLA? Sim Não	NA

3) Você é contribuinte da previdência social?

- a) Sim
- b) Não

4) Como você contribui?

- a) Como autônomo
- b) Como associado/cooperado
- c) Outro: _____

5) Quantos anos você tem de contribuição?

- a) Menos de cinco anos
- b) 5,1 a 10 anos
- c) 10,1 a 15 anos
- d) 15,1 a 20 anos
- e) Acima de 20 anos

6) Qual sua jornada de trabalho³⁶?

- a) Menos de 6 horas
- b) 6 horas ao dia
- c) De 6,1 a 8 horas ao dia
- d) Acima de 8 horas

7) Quantos dias por semana você trabalha na atividade rural?

- a) Um dia
- b) Dois dias
- c) Três dias
- d) Quatro dias
- e) Cinco dias
- f) Seis dias
- g) Sete dias

8) Quem é o responsável pela exploração das atividades produtivas:

- a) Proprietário
- b) Administrador
- c) Arrendatário
- d) Posseiro
- e) Meeiro

9) Qual a sua situação fundiária?

- a) Acampado
- b) Proprietário
- c) Meeiro
- d) Arrendatário
- e) Posseiro

10) Há quanto tempo está na propriedade? _____

- a) menos de um ano

³⁶ Considera-se que quanto maior o tempo dedicado ao trabalho menor o tempo para o lazer.

- b) de 1 a 2 anos
- de 2,1 a 3 anos
- c) 3,1 a 5 anos.
- d) mais de 5 anos

PRODUTIVIDADE

1) O que é produzido em sua propriedade?

2) Qual a quantidade produzida e valor de cada item?

PRODUÇÃO	QUANTIDADE PRODUZIDA	PREÇO UNITÁRIO

3) Quais as principais atividades rurais realizadas na propriedade por ordem de importância (faturamento)?

- 1. _____
- 2. _____
- 3. _____
- 4. _____
- 5. _____
- 6. _____

4) Para que produz?

- a) Consumo (subsistência)
- b) Comercialização
- c) Outro: _____

5) Se você produz para a comercialização, qual o destino de seu produto?

- a) Sacolão, feiras e/ou mercados da cidade.
- b) Sacolão e/ou mercados de outra cidade.
- c) Escolas e/ou algum departamento da prefeitura do município.
- d) Outro: _____

EMPREGO

1) Mão-de-obra utilizada:

Empregados permanentes	Nº de empregados permanentes	
	Valor total gasto com salários	R\$
Empregados Temporários (inclusive empreita de trabalho)	Nº de empregados temporários	
	Valor total gasto	R\$

RENTABILIDADE

2) Qual sua renda média mensal? _____

- a) abaixo de 1 salário mínimo
- b) Entre 1 e 2 salários mínimos
- c) Entre 2,1 a 4 salários mínimos
- d) Acima de 4 salários mínimos
- e) Outro: _____

3) Aproximadamente, quanto de sua renda vem do trabalho agrícola?

4) Recebe algum auxílio renda (ex. bolsa família)?

- a) Sim
- b) Não

5) Qual(is) e quais valores?

AUXÍLIO	VALORES (REAIS)

6) Qual é o rendimento anual total dos membros da família? (em R\$)

Aposentadoria: _____

Pensão: _____

Doações (de familiares, não familiares, instituições): _____

Aluguéis (arrendamentos,...): _____

Salários de atividades não agrícolas: _____

Outras fontes ou atividades: _____

CRÉDITO

1) Conhece os programas de crédito voltados a agricultura familiar?

- a) Sim
- b) Não

2) Se sim, já solicitou empréstimos para financiar as atividades desenvolvidas (custeio, investimento, comercialização)?

a) Se sim e tenha conseguido aprovação, complete o quadro de acordo com as opções abaixo:

*Fontes	Ano	** Finalidade de crédito	Valor total aprovado (R\$)	Taxa de juros (anua)	Prazo p/ pagamento	Carências

* Fontes:

- Bancos;
- Intermediários, vendedor de insumos, agroindústria;
- Terceiros – informal (vizinhos, parentes, outros agricultores; agiota...);
- Cooperativa;
- Outros.

** Finalidade de crédito:

- Custeio da produção
- Investimento: irrigação, máquinas, instalações.
- Comercialização

b) Se sim, mas não tenha conseguido aprovação, por que teve a(s) solicitação(s) recusada (s) (inadimplência, garantia insuficiente, inviabilidade técnica do projeto, pedido do valor muito elevado...)?

c) Não solicitou.

3) Quais as principais dificuldades para ter acesso ao crédito rural?

a) Contrapartidas exigidas (garantias reais, abertura de poupança, cartão de crédito, seguros, etc).

b) Projeto técnico detalhado

c) Inadimplência em ocasiões anteriores

d) Ineficiência da equipe técnica (ex. EMATER).

- 4) Qual o investimento realizado com esse crédito?
- a) Compra de máquinas e equipamentos
 - b) Infra-estrutura
 - c) Compra de defensivos agrícolas
 - d) Outros: _____
- 5) Você recebeu ou recebe algum acompanhamento técnico?
- a) Nenhum
 - b) Raramente
 - c) Às vezes
 - c) Sempre

INFRA-ESTRUTURA

Moradia

- 1) Possui moradia?
- a) Sim
 - b) Não
- 2) Qual o tipo?
- a) Alvenaria
 - b) Madeira
 - c) Pau roliço
 - d) Lona

Energia

- 3) Possui Energia?
- a) Sim
 - b) Não
- 4) Qual o tipo?
- a) Bateria
 - b) Elétrica
 - c) Por meio de Roda d'água
 - d) Gerador

Água

- 5) Possui água?
- a) Sim
 - b) Não
- 6) Qual o tipo?
- a) Encanada e tratada
 - b) Poço artesiano
 - c) Cisterna ou cacimba

d) Buscada em rios ou veredas

Educação

7) Possui acesso à escola?

- a) Sim
- b) Não

8) Qual o meio de locomoção que permite a você acesso à escola?

- a) Ônibus cedido pela prefeitura
- b) A pé
- c) Carro (próprio ou vizinho)
- d) Cavalos

9) Caso possua algum transporte escolar, qual o agente que financia esse transporte?

- a) Governo (Prefeitura)
- b) Particular ou terceiros (vizinhos, amigos)
- c) Associação e/ou cooperativa

10) Qual a distância (aproximadamente) de acesso da sua casa à escola?

_____.

11) Qual a escola mais próxima da sua comunidade?

- a) Na própria comunidade
- b) Somente na cidade (Buritizeiro)
- c) Em outra cidade

12) Se na sua comunidade possui escola, informe até qual nível educacional é oferecido:

- a) () Fundamental (normal, EJA, supletivo)
- b) () Médio (normal, EJA, supletivo)

13) Qual o método de ensino adotado?

- a) Somente normal.
- b) Normal, supletivo e/ou EJA.
- c) Normal e educação inclusiva.
- d) Supletivo e/ou EJA e educação inclusiva.
- e) Somente supletivo e/ou EJA
- f) Somente educação inclusiva

14) A escola (rural) possui biblioteca bem equipada?

- a) Sim
- b) Não

15) A escola (rural) possui professores suficientes para atender aos alunos matriculados?

- a) Sim
- b) Não

16) Você acredita que os professores (da escola rural) estão bem-capacitados?

- a) Sim
- b) Não

17) A escola (rural) fornece merenda aos alunos?

- a) Sempre
- b) Raramente
- c) Nunca

18) A escola (rural) possui estrutura física adequada para a distribuição das turmas?

- a) Sim
- b) Não

19) A escola (rural) possui *parquinho* (playground)?

- a) Sim
- b) Não

20) A escola (rural) possui quadra esportiva?

- a) Sim
- b) Não

21) Ordene de acordo com o critério de preferência qual dessas características você considera como importante.

- a) () Quantidade de professores
- b) () Estrutura física
- c) () Merenda
- d) () Formas de acesso.

22) Quais as mudanças que gostaria que fossem feitas na área de educação?

Saúde

23) Em termos de saúde, qual a infra-estrutura encontrada mais próxima a sua propriedade?

- a) PSF rural
- b) Farmácia (rural)
- c) Hospital ou farmácia no município
- d) Outros: _____

24) Se na área rural a qual sua propriedade pertence possui PSF, o mesmo possui instalações adequadas (consultório, equipamentos de pronto-socorro e pronto-atendimento, dentre outros)?

- a) Sim
 - b) Não
- Por quê?

25) Caso possua atendimento apenas na cidade, você considera que as instalações oferecidas (PSF e hospitais) são adequadas a um atendimento eficiente?

a) Sim

b) Não

Por quê?

26) Caso tenha acesso somente a serviços oferecidos na cidade, qual a forma mais fácil de se deslocar supondo uma possível eventualidade de saúde?

a) Ambulância cedida pelo município/cooperativa ou associação;

b) Veículo próprio ou de terceiros (vizinho, parente);

c) Carroça ou cavalo;

d) Ônibus privado

e) Ônibus cedido pela prefeitura (educação)

27) Com que frequência vai ao médico?

a) Mensal ou bimestral

b) Trimestral

c) Semestral

d) Anual

e) Acima de um ano;

28) Em seu assentamento (acampamento) recebe atendimento médico?

a) Sim. Por meio de visitas periódicas dos médicos do município;

b) Sim. Por meio de visitas periódicas dos médicos contratados por associação e/ou cooperativas as quais pertencem;

c) Sim. Mas, de forma eventual (às vezes).

d) Não. O atendimento somente é feito na cidade.

e) Não. Somos excluídos do atendimento até mesmo nas cidades.

29) Possui algum beneficiamento para a compra de remédios?

a) Sim

b) Não

30) Se a resposta for Sim, especifique:

a) Doação pelo município

b) Doação (cooperativa e associações)

c) Desconto no preço do remédio por eu pertencer à cooperativa/associação e/ou sindicato.

d) Desconto pelo plano de saúde

31) Classifique por ordem de preferência o que considera como indicadores de saúde mais importantes:

a) acesso a médico ()

b) facilidade na compra/aquisição de medicamentos ()

c) infra-estrutura hospitalar/PSF ()

d) Capacitação do médico ()

MEIO AMBIENTE

Destino do lixo

- 1) Para onde é direcionado a maior parte do seu lixo doméstico?
- a) Enterrado
 - b) Acumulado no quintal.
 - c) Separado (compostagem).
 - d) Jogado em rios ou riachos.

Sanitária

- 2) Sua residência possui banheiro?
- a) Sim
 - b) Não
- 3) Se sim, possui descarga?
- a) Sim
 - b) Não
- 4) Sua residência possui fossa?
- a) Sim, possui uma.
 - b) Sim, possui duas.
 - c) Sim, possui mais de duas.
 - d) Não, não possui nenhuma.
- 5) Possui chuveiro elétrico?
- a) Sim
 - b) Não

Conservação do solo e rios (veredas, córregos, riacho)

- 6) Aproximadamente qual é a distância da vereda (córrego, rio, riacho) da sua plantação?_____.
- a) No caixão do rio (vereda, córrego) (dentro da vereda)
 - b) Longe do rio (vereda, córrego)
 - c) Bem longe do rio (vereda, córrego)
- 7) Você sabe o que significa área de preservação permanente?
- a) Sim
 - b) Não
- 8) Se a resposta for sim, em sua propriedade é respeitada a área de preservação permanente?
- a) Sim
 - b) Não
- 9) Qual a forma de limpeza de solo mais utilizada por você?
- a) Queimada
 - b) Capina ou arrancar as toceiras de capina

c) Gradagem (com trator)

10) Você utiliza a semente crioula?

- a) Sim
- b) Não

Seca

11) Você sofre com a seca?

- a) Sim
- b) Não

12) Se sim, como você é atingido?

- a) Perda na plantação.
- b) Diminuição na água para consumo próprio.
- c) Diminuição da água para dessedentação de animais (água para animal beber).
- d) Perda na plantação e água para consumo.
- e) Perda na plantação e para dessedentação de animais.
- f) Perda na plantação, água para consumo e para a dessedentação de animais.
- g) Diminuição na água para consumo e para dessedentação de animais.

13) Você conhece o sistema de “barraginhas” para amenizar a seca?

- a) Sim
- b) Não

14) Caso você seja atingido pela seca, você realiza este sistema?

- a) Sim
- b) Não

15) Ordene por ordem de preferência as alternativas que você mais valoriza e considera como importante (1 a 4).

- a) () Tratamento da água
- b) () Coleta e destino do lixo doméstico
- c) () Conservação do solo
- d) () Problemas com a seca